



Comissão de Recrutamento e Seleção para
a Administração Pública



Relatório de Atividades
2018

Relatório a apresentar à Assembleia da República nos termos do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, republicados em Diário da República a 3 de setembro de 2015 em anexo à Lei n.º 128/2015, e do artigo 20.º do Regulamento Interno da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, publicado em Diário da República pelo Despacho n.º 14678/2015, de 11 de dezembro.

Este relatório foi aprovado em reunião plenária da CReSAP realizada no dia 14 de março de 2019.

ÍNDICE

Nota introdutória

1.	Enquadramento	7
2.	Composição da CReSAP.....	9
3.	Visão, Missão e Valores.....	17
4.	Metodologia de análise e avaliação de perfis dos candidatos	19
5.	Procedimentos concursais.....	22
5.1.	Âmbito de atuação	22
5.2.	O processo.....	24
5.3.	Atividade desenvolvida.....	24
6.	Pareceres.....	30
7.	Outras atividades	33
8.	Recursos.....	35
8.1.	Recursos humanos	35
8.2.	Recursos financeiros.....	35
8.3.	Recursos tecnológicos	36
9.	Conclusões prospectivas	37
10.	Anexos	38
	Anexo I - Competências de gestão	38
	Anexo II - Competências comportamentais.....	39
	Anexo III - Matriz de avaliação global nos procedimentos concursais	40
	Anexo IV - Procedimentos concursais que transitaram para 2018.....	41
	Anexo V - Pedidos de abertura de procedimentos concursais em 2018	44
	Anexo VI - Procedimentos concursais concluídos em 2018.....	47
	Anexo VII - Pareceres emitidos em 2018 (por ordem de pedido).....	51
	Anexo VIII – Execução Orçamental a 31 de dezembro de 2018	55

Lista de Figuras

Figura 1 - Estrutura da CReSAP em 31 de dezembro de 2018	10
Figura 2 - Instrumentos de análise e avaliação	19
Figura 3 - Competências de gestão.....	20
Figura 4 - Análise de Perfil Pessoal (APP)	20
Figura 5 - Análise de perfil	21
Figura 6 – Dirigentes superiores em funções na Administração Central.....	22
Figura 7 – Análise temporal do procedimento concursal	24
Figura 8 - Procedimentos concursais desenvolvidos, em 2018, por ministério	24
Figura 9 - Procedimentos concursais - situação no final de 2018.....	25
Figura 10 - Procedimentos concursais concluídos em 2018, por ministério.....	25
Figura 11 - Procedimentos concursais concluídos em 2018, por grau do cargo	26
Figura 12 – Evolução anual dos candidatos avaliados na fase de avaliação curricular, por género.....	26
Figura 13 – Evolução anual dos candidatos entrevistados, por género	27
Figura 14 – Evolução anual dos candidatos propostos para designação, por género.....	27
Figura 15 – Candidatos propostos para designação, em 2018, por grupo etário	28
Figura 16 – Evolução anual dos candidatos designados, por género	28
Figura 17 – Tempos de resposta às solicitações dos procedimentos concursais concluídos em 2018	29
Figura 18 – Processo de emissão de pareceres.....	30
Figura 19 – Avaliação da adequação de perfil nos pareceres emitidos em 2018.....	30
Figura 20 – Pareceres emitidos em 2018, por ministério e para a Região Autónoma da Madeira	31
Figura 21 - Pareceres emitidos em 2018, por ministério e para a Região Autónoma da Madeira, por género	31
Figura 22 - Evolução anual dos pareceres emitidos, por género	32
Figura 23 – Personalidades avaliadas nos pareceres emitidos em 2017 e 2018, por grupo etário	32
Figura 24 - Número de trabalhadores que apoiam o funcionamento da CReSAP, em 2018.....	35
Figura 25 - Execução do orçamento da CReSAP 2018.....	36

Nota Introdutória

O documento que agora se apresenta reflete a atividade da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), adiante também designada por Comissão, durante o ano de 2018.

É aqui explicitado o enquadramento legal da CReSAP, a sua composição e a descrição da sua visão, missão e valores, referindo-se, igualmente, a metodologia de análise e avaliação dos perfis dos candidatos. É, igualmente, descrito o âmbito de atuação e atividade desenvolvida, no decurso de 2018, relativamente aos procedimentos concursais, bem como a atividade relativa à emissão de pareceres para cargos de Gestores Públicos e de Dirigentes Superiores. Referencia-se quais os recursos existentes - humanos, financeiros e tecnológicos e descrevem-se outras atividades consideradas relevantes.

A apresentação deste relatório para além de plasmar dados quantitativos relativos à atividade da CReSAP, pretende contribuir para uma análise consistente e qualitativa do que foi realizado, apontando sugestões de melhoria para desenvolvimento futuro.

No ano de 2018 concluíram-se todos os procedimentos que se encontravam em curso e tinham sido solicitados em anos anteriores, 2015, 2016 e 2017, o que constituía um dos objetivos da CReSAP.

Outro objetivo alcançado no ano de 2018 foi a redução do tempo de execução dos procedimentos concursais designadamente os solicitados já em 2018. Destes, foram concluídos 28, sendo que apenas 6 se situaram entre os 180 e os 210 dias, ficando os restantes abaixo dos 180 dias.

A experiência adquirida e a análise dos prazos de execução levaram-nos a uma reflexão sobre o Regulamento de Tramitação dos Procedimentos Concurais para Dirigente Superior da Administração Pública, tendo-se identificado os principais estrangulamentos e elaborado uma proposta de alteração aprovada na reunião plenária da Comissão onde foi aprovado o presente relatório.

Para o cumprimento da sua missão a CReSAP contou com a colaboração da Direção Geral da Qualificação e Emprego Público (INA), da Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) e para todo o suporte administrativo com a Secretaria Geral do Ministério das Finanças. No que diz respeito às questões ligadas à infraestrutura tecnológicas, a CReSAP contou ainda com a colaboração da ESPAP.

Agradece-se a colaboração e a elevada disponibilidade dos vogais não permanentes e dos peritos em todas as atividades realizadas no âmbito dos procedimentos concursais bem como pelos seus contributos e apresentação de sugestões de melhoria, que constituem uma mais valia no desenvolvimento do trabalho efetuado e nos resultados alcançados.

Agradece-se, igualmente, à equipa técnica da CReSAP pelo seu empenho na prossecução dos objetivos definidos, mostrando grande disponibilidade para levar a efeito as atividades que lhes estão cometidas.

1. Enquadramento

A Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) foi criada e os seus Estatutos aprovados pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modificou os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

A Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, veio introduzir alterações à Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro e proceder à primeira alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, introduzindo modificações nos procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública. Em anexo à Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, foram republicados os Estatutos da CReSAP com a redação atual.

De acordo com os seus Estatutos, a CReSAP é uma entidade independente que funciona junto do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e que tem por missão:

- O recrutamento e a seleção de candidatos para cargos de direção superior da administração central do Estado abrangidos pelo disposto nos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ou para cargos a estes equiparados a qualquer título, no respeito pelas exclusões previstas no n.º 5 do artigo 1.º daquela lei.
- A avaliação, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, dos currículos e da adequação das competências das personalidades indigitadas para exercer cargos de gestor público ou cargos a estes equiparados a qualquer título.

No que respeita ao recrutamento e à seleção de candidatos para cargos de direção superior da administração central do Estado importa nomeadamente destacar o estabelecido no artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

“1 — Os titulares dos cargos de direção superior são recrutados, por procedimento concursal, nos termos dos artigos seguintes, de entre indivíduos com licenciatura concluída à data de abertura do concurso há, pelo menos, 10 ou oito anos, consoante se trate de cargos de direção superior de 1.º ou de 2.º grau, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O procedimento concursal é conduzido pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, adiante designada por Comissão, entidade independente que funciona junto do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública, nos termos dos respetivos Estatutos.

3 — A iniciativa do procedimento concursal referido no n.º 1 cabe ao membro do Governo com poder de direção ou de superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, cabendo-lhe, neste âmbito, identificar as competências do cargo de

direção a prover, caracterizando o mandato de gestão e as principais responsabilidades e funções que lhe estão associadas, bem como a respetiva carta de missão.

4 — A Comissão, na posse da informação referida no número anterior, elabora uma proposta de perfil de competências do candidato a selecionar, designadamente com a explicitação das qualificações académicas e experiência profissional exigíveis, bem como as competências de gestão e de liderança recomendáveis para o exercício do cargo, e remete-a ao membro do Governo com poder de direção ou superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, para homologação.

5 — No prazo de 20 dias, a contar da data da apresentação da proposta referida no número anterior, o membro do Governo com poder de direção ou superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher: a) Homologa a proposta de perfil de competências apresentada pela Comissão; ou b) Altera, mediante fundamentação expressa, o perfil de competências proposto pela Comissão.

6 — Não se verificando nenhuma das duas situações previstas no número anterior, a proposta de perfil de competências apresentada pela Comissão considera-se tacitamente homologada.

7 — Sem prejuízo das competências previstas no presente artigo, a Comissão é ainda responsável pela definição das metodologias e dos critérios técnicos aplicáveis no processo de seleção dos candidatos admitidos a concurso, designadamente ao nível da avaliação das competências de liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica, formação profissional e aptidão.”

Ainda nesta matéria, importa também ter presente os regulamentos aprovados pela CReSAP no âmbito do artigo 12.º dos respetivos Estatutos, concretamente o Regulamento Interno da CReSAP (Despacho n.º 14678/2015, Diário da República, de 11 de setembro) e o Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública (Despacho n.º 4032/2016, Diário da República, de 21 de março).

No que respeita à avaliação, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público, importa nomeadamente destacar o estabelecido no artigo 12.º e nos números 1 a 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual:

“Artigo 12.º

Requisitos

1 — Os gestores públicos são escolhidos de entre pessoas com comprovadas idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitadas, no mínimo, com o grau académico de licenciatura.

2 — É competência do membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade a definição do perfil, experiência profissional e competências de gestão adequadas às funções do cargo, dos quais deve informar a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.

3 — É competência da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, a definição, por regulamento, dos critérios aplicáveis na avaliação de candidatos a cargos de gestor público, designadamente, as competências de liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço de interesse público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica e formação profissional.

Artigo 13.º

Designação dos gestores

1 — Os gestores públicos são designados por nomeação ou por eleição.

2 — A nomeação é feita mediante resolução do Conselho de Ministros, devidamente fundamentada e publicada no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade.

3 — A proposta referida no número anterior deve ser acompanhada de avaliação, não vinculativa, de currículo e de adequação de competências ao cargo de gestor público da personalidade a que respeita a proposta de designação, realizada pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.

4 — Para efeitos do número anterior, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública pode realizar entrevista de avaliação de competências exigíveis ao exercício das funções de gestor público e aplicar outros métodos de avaliação.”

Nesta matéria, importa também ter presente os regulamentos aprovados pela CReSAP no âmbito do artigo 12.º dos respetivos Estatutos, concretamente o Regulamento Interno da CReSAP (Despacho n.º 14678/2015, Diário da República, de 11 de setembro) e o Regulamento de Tramitação de Procedimentos de Avaliação Curricular e Adequação do Perfil (Despacho n.º 7533/2013, Diário da República, de 12 de junho).

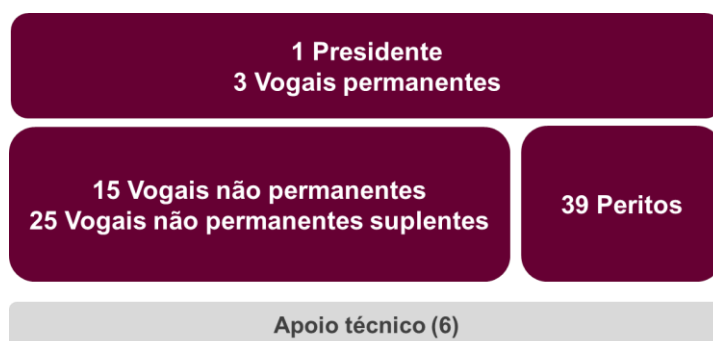
2. Composição da CReSAP

De acordo com legislação em vigor a CReSAP é composta por um presidente, três a cinco vogais permanentes, um vogal não permanente por cada ministério e respetivos suplentes, em número de dois, e em exercício de funções em órgão ou serviço não coincidente com o do vogal, mas integrado na orgânica do mesmo ministério.

Junto da CReSAP funciona uma bolsa de peritos, composta por 20 a 50 membros, designados de entre trabalhadores em funções públicas com reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal que apoiam em matérias técnicas específicas e participam nos júris dos procedimentos concursais para cargos de direção superior na Administração Pública. Obrigatoriamente 10% desta bolsa é integrada por técnicos indicados pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), de entre personalidades que nela desenvolvam funções de formação.

A 31 de dezembro de 2018 a CReSAP era composta por uma presidente, 3 vogais permanentes, 15 vogais não permanentes e 25 vogais não permanentes suplentes, sendo a bolsa de peritos constituída por 39 elementos.

Figura 1 - Estrutura da CReSAP em 31 de dezembro de 2018



Nos termos dos seus estatutos, o presidente e os vogais permanentes são providos após audição pela Assembleia da República, por resolução de Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública. Na sequência da publicação da RCM n.º 48-A/2017, 31 de março, os membros permanentes da CReSAP são:

Maria Júlia Neves Murta Ladeira, presidente

José Maria Pedro, vogal permanente

Maria dos Anjos Lopes Duarte, vogal permanente

Maria da Conceição Miguéis de Matos, vogal permanente

A designação dos vogais não permanentes de cada ministério é feita por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e do membro do Governo do respetivo ministério. Ao longo de 2018 os vogais não permanentes foram os seguintes:

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

David João Varela Xavier, Secretário-Geral

Suplente: Filipe Jorge Ribeiro Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social

Suplente: Tito Carlos Soares Vieira, Diretor do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Fernando d'Orey de Brito e Cunha Figueirinhas, Secretário-Geral Adjunto

Suplente: Luís Manuel Ribeiro Cabaço, Ministro Plenipotenciário de 2ª classe

Suplente: António José de Carvalho Barroso, Conselheiro de Embaixada da Inspeção Geral Diplomática e Consular

Ministério das Finanças (MF)

Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues, Secretário-Geral

Suplente: Anabela Ferreira Pedro Vilão, Subdiretora-Geral do Orçamento

Suplente: Elisabete Reis de Carvalho, Diretora-Geral do INA

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

Alberto António Rodrigues Coelho, Diretor-Geral de Recursos da Defesa

Nuno Maria Herculano de Carvalho Pinheiro Torres; Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (até 8 junho 2018)

Suplente: Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes, Diretora de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral

Suplente: Por designar

Ministério da Administração Interna (MAI)

Teresa Maria Alvarez Lima Costa, Secretária-Geral Adjunta

Suplente: Maria Margarida Blasco Martins Augusto, Inspetora-Geral

Suplente: Paulo Augusto Guarda de Oliveira Ferreira, Subinspetor-Geral

Ministério da Justiça (MJ)

Carlos José de Sousa Mendes, Secretário-Geral

Suplente: Susana Antas Fernandes Videira Branco, Diretora-Geral da Política de Justiça

Suplente: Por designar

Ministério da Cultura (MCult)

Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor, Diretora-Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Suplente: Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos, Subdiretora-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

Suplente: Rui Manuel Cartaxo Machado, Subdiretor-Geral da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Vogal permanente: Por designar

Suplente: Por designar

Suplente: Por designar

Ministério da Educação (MEdu)

Ana Palmira Antunes de Almeida, Secretária-Geral Adjunta da Educação e Ciência

Suplente: Ana Paula Coelho Fernandes Severo Gravito, Técnica Superior da Inspeção-Geral de Educação e Ciência

Suplente: Margarida Maria Lança de Matos, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos da Direção-Geral de Educação

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

Teresa Maria da Silva Fernandes, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

Suplente: Maria João Paula Lourenço, Secretária-Geral

Suplente: Por designar

Ministério da Saúde (MS)

Rui Santos Ivo, Vice-Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED, I.P.

Suplente: Ricardo Jorge Almeida Perdigão Seleiro Mestre, Vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Suplente: Álvaro Santos Almeida, Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.

Ministério do Planeamento e das Infraestruturas (MPI)

Catarina Maria Romão Gonçalves, Secretária-Geral Adjunta

Suplente: Luís Manuel Rosmaninho Santos, Técnico Superior da CCDR Alentejo

Suplente: Margarida Maria Chaves Pratas Ferreira Filipe, Vogal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Ministério da Economia (MEcon)

Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas, Presidente do Conselho de Administração da SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.

Suplente: Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I.P.

Suplente: Por designar

Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE)

Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez, Vogal do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Suplente: Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho, Secretária-Geral

Suplente: António Sequeira Ribeiro, Técnico Superior da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR)

Fernando Manuel d'Almeida Bernardo, Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária

Eduardo Almeida Correia Diniz, Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (até 26 de julho de 2018)

Suplente: João Pedro Valadas da Silva Monteiro, Técnico Superior da Direção Regional de Agricultura do Algarve

Suplente: Maria da Graça Domingues Mariano Marques Fernandes, Subdiretora-Geral de Alimentação e Veterinária

Suplente: João Paulo do Rosário Ribeiro Lima, Vogal do Instituto de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (até 26 de julho de 2018)

Ministério do Mar (MMar)

Susana Rita Gomes Simões Baptista, Subdiretora-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Suplente: Isabel Maria Cordeiro Botelho Leal, Responsável pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental

Suplente: Por designar

A designação dos peritos de cada ministério é feita por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e do membro do Governo do respetivo ministério. Ao longo de 2018 os peritos foram os seguintes:

Presidência do Conselho de Ministros

Elsa Maria Fernandes dos Santos, Chefe de Equipa de Recursos Humanos da Agência para a Modernização Administrativa, I.P.

Maria João Gaspar Tavares Zilhão, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Pedro Miguel Laranjeira da Cruz Calado, Presidente do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Teresa Margarida do Carmo Fragoso, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Margarida Maria Gomes Quintão Lages, Técnica Superior do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Maria Alexandra Capela de Carvalho Galaz Pimenta, Técnica Superior da Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Sílvia Maria Galvão Teles Franco Pulido Pereira, Técnica Superior do Departamento de Assuntos Jurídicos

Ministério das Finanças

Sandra Maria de Azevedo Ferreira Sant'Ana, Técnica Superior da Direção-Geral da Administração e Emprego Público

João Manuel Cravina Bibe, Inspetor de Finanças-Diretor (até 10 de dezembro de 2018)

Ministério da Defesa Nacional

Jorge Manuel Nobre Fazenda da Conceição Silvério, Diretor de Serviços de Inspeção e Auditoria da Inspeção-Geral

Paulo Jorge da Silva Lopes Moraes Branco, Diretor de Serviços de Gestão Financeira e Apoio da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Susana Alexandra Queirós Pinto Canizes, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral

Ministério da Administração Interna

Ana Cristina Rodrigues Caetano Rolo, Diretora de Serviços de Planeamento, Controlo e Recursos Humanos da Secretaria-Geral

Hugo Filipe Rodrigues Tavares, Diretor de Serviços da Inspeção-Geral

Amadeu Burriga Alves Silvestre, Inspetor da Inspeção-Geral (até 7 de dezembro de 2018)

Ministério da Justiça

Lourenço António Lopes Torres, Diretor de Serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional da Direção-Geral da Administração da Justiça

Maria Helena Louro dos Santos, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça

Paula Isabel Duarte Marcelino, Diretora de Departamento de Identificação Civil do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

Álvaro Davide Esteves Pires, Diretor de Serviços de Recursos Financeiros, Patrimoniais e Tecnológicos da Secretaria-Geral

Ministério da Cultura

Ana Maria Albino Narciso Henriques, Diretora Serviços de Gestão de Recursos e Tecnologias de Informação e Comunicação da Inspeção-Geral das Atividades Culturais

Nuno Manuel Estanqueiro Dias, Diretor de Serviços de Gestão de Recursos e Informação do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Paulo Jorge Lebreiro de Aragão, Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Biblioteca Nacional de Portugal

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Sem peritos designados

Ministério da Educação

Maria de Lurdes Fradique Valente Francela, Técnica Superior da Secretaria-Geral de Educação e Ciência

Maria Isabel Duarte Esteves Nunes dos Santos, Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral de Educação e Ciência

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Camila Pereira Ribas Mouteira, Diretora de Serviços de Apoio à Gestão da Direção-Geral da Segurança Social

Isabel Maria Costa Ramos, Secretária-Geral Adjunta

Paulo Jorge Ramos Silva, Subinspetor-Geral

Ministério da Saúde

Cláudia Susana da Conceição Robalo de Jesus Belo Ferreira, Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais do INFARMED, I.P.

Lina Patrícia Fernandes Freitas, Chefe de Divisão de Informação e Relações Públicas da Secretaria-Geral

Paulo Jorge Espiga Alexandre, Vogal do Conselho Diretivo do INEM, I.P.

Ministério do Planeamento e das Infraestruturas

Ilda Maria Guedelha Ferreira, Técnica Superior da Autoridade Nacional de Aviação Civil

Maria de Lurdes Baptista da Costa Antunes, Vogal do Conselho Diretivo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.

Teresa Maria dos Santos Silva Martins, Técnica Superior do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Ministério da Economia

Maria Alice Leite Martins da Costa Rodrigues, Diretora de Serviços do Comércio Internacional da Direção-Geral das Atividades Económicas

Maria Teresa Rodrigues Monteiro, Vice-Presidente do Turismo de Portugal, I.P.

Nuno Miguel Cardoso Pereira Lúcio, Vogal do Conselho de Administração da Agência Nacional de Inovação S.A. (até 30 de junho de 2018)

Ministério do Ambiente e da Transição Energética

Luís Maria Vieira Pereira Roxo Gonçalves, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

Nuno Pedro dos Santos Borges Marques, Vice-Presidente da CCDR do Algarve

Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Augusto José de Sousa Gouveia, Coordenador do Grupo de Gestão e Formação do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Flávia Manuela dos Santos Ramos Alfarroba, Técnica Superior da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

José Manuel Gomes Rodrigues, Diretor do Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Ministério do Mar

Maria da Conceição de Jesus dos Santos, Diretora dos Serviços de Estratégia da Direção-Geral de Política do Mar

INA

Sem peritos designados

O apoio ao funcionamento da CReSAP é, nos termos legalmente estabelecidos, realizado pelas seguintes entidades:

- A Secretaria Geral do Ministério das Finanças (SGMF), que assegura o apoio administrativo necessário;
- A Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) e a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), que prestam apoio técnico e operacional, sempre que solicitado.

A CReSAP contou ainda com a colaboração da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP) no domínio do suporte tecnológico assegurando assim os princípios de integração e partilha de recursos.

3. Visão, Missão e Valores

Visão

“Excelência na avaliação para cargos de direção e gestão de topo na Administração Pública”.

Este entendimento de visão pode sintetizar-se em dois grandes princípios subjacentes à criação da CReSAP:

- Promover a meritocracia no interior da administração e das entidades públicas empresariais, identificando e valorizando talentos;
- Contribuir para a generalização de práticas de transparência, abertura, isenção e rigor no recrutamento e seleção no interior da administração pública.

Missão

A CReSAP tem por missão avaliar candidatos a cargos de direção e gestão de topo na Administração Pública, assegurando essas funções com independência, isenção, rigor, transparência e equidade no sentido da promoção do reconhecimento do mérito profissional, da credibilidade e do bom governo.

Na sua atividade:

- Realiza os processos concursais com vista ao recrutamento e seleção de candidatos para cargos de direção superior da administração central do Estado ou para cargos a estes equiparados a qualquer título, abrangidos pelo disposto nos artigos 1.º e 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas.
- Emite pareceres, não vinculativos, na sequência da avaliação dos currículos e da adequação das competências de personalidades indigitadas para:

Exercer cargos de gestor público ou cargos a estes equiparados a qualquer título, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações entretanto introduzidas.

Exercer cargos de dirigente superior, na sequência de procedimento concursal que tenha ficado deserto, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas.

- Apoia a elaboração, desenvolvimento e execução de políticas públicas e promove as boas práticas de gestão e ética, para os cargos de direção superior da Administração Pública.

Valores

A CReSAP estabelece como referenciais da sua intervenção os seguintes valores:

- **Independência**
Atuar de forma autónoma no exercício das suas competências, com respeito integral pela Constituição e a Lei.
- **Isenção**
Atuar de acordo com imperativos de rigor e autonomia técnica.
- **Rigor**
Atuar orientando-se por padrões de elevada qualidade, de modo a que as decisões sejam atempadas, devidamente ponderadas e fundamentadas.
- **Transparência**
Atuar de forma objetiva e imparcial, com base em critérios definidos e do conhecimento público.
- **Equidade**
Atuar aplicando de forma consistente princípios de justiça e de igualdade.
- **Mérito**
Avaliar com base em comprovada idoneidade, experiência profissional, competências curriculares, técnicas e de gestão, bem como sentido de interesse público.

4. Metodologia de análise e avaliação de perfis dos candidatos

A avaliação técnica e comportamental dos perfis das personalidades que concorrem a concursos públicos para dirigentes superiores e das que são indigitadas para cargos de gestor público é feita pela CReSAP com o suporte de 4 instrumentos de avaliação: *curriculum vitae*, questionário de autoavaliação, questionário de Análise de Perfil Pessoal (APP) e entrevista individual. Deste trabalho resulta uma tomada de decisão sobre a adequabilidade de cada personalidade avaliada para o desempenho da função dirigente em causa.

Figura 2 - Instrumentos de análise e avaliação



- **Curriculum vitae** em modelo europeu - permite analisar o trajeto escolar e profissional de cada candidato, no seu conteúdo funcional e de forma temporal, bem como de outras aptidões e conhecimentos que estejam relacionados com o cargo a que se candidata ou para o qual está indigitado;
- **Questionário de autoavaliação** - reflete uma análise/reflexão que cada candidato faz sobre a sua experiência escolar, profissional e características pessoais, através da descrição de exemplos da sua vivência apresentado factos concretos que visam ilustrar as 12 competências de gestão;

Figura 3 - Competências de gestão



- **Aplicação de questionário de Análise de Perfil Pessoal (APP)** - visa uma análise de competências de âmbito comportamental, nos domínios apresentados na figura abaixo e que se relacionam com estilos pessoais dos comportamentos mais evidentes que são expressos pelo candidato em contexto profissional;

Figura 4 - Análise de Perfil Pessoal (APP)



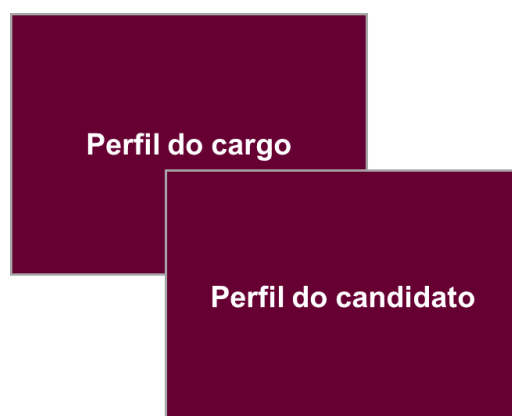
Fonte: Thomas International - Portugal.

- **Entrevista individual** - visa a consolidação de informação dos dados apresentados por cada candidato, bem como a colocação de questões que se relacionem com as competências em análise e outras que os avaliadores considerem relevantes na tomada de decisão sobre a adequabilidade do candidato para o desempenho da função dirigente em causa.

Os resultados dos 4 instrumentos de avaliação de candidatos são analisados de acordo com as 12 competências de gestão e com competências comportamentais, cada uma delas ponderada segundo as características dos perfis dos cargos em causa nas suas diferentes componentes.

Esta avaliação pretende analisar em que dimensões o perfil de cada candidato se aproxima mais do perfil do cargo, de acordo com uma matriz de avaliação construída para o efeito.

Figura 5 - Análise de perfil

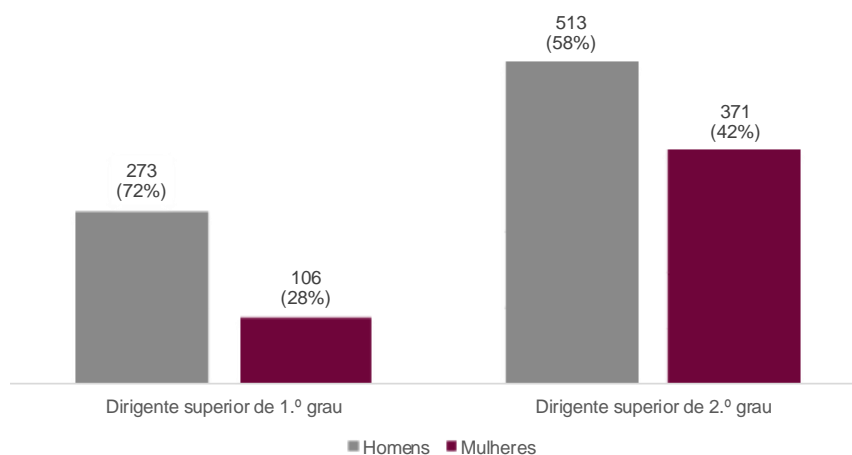


5. Procedimentos concursais

5.1. Âmbito de atuação

De acordo com dados estatísticos relativos ao terceiro trimestre de 2018, disponibilizados pela DGAEP, o número de dirigentes superiores em funções na Administração Central era de 1263, sendo 379 (30%) de primeiro grau e 884 (70%) de segundo grau. A distribuição por grau e género consta no gráfico seguinte.

Figura 6 – Dirigentes superiores em funções na Administração Central



Fonte: SIOE/DGAEP (dados referentes ao 3.º trimestre de 2018)

No entanto, deste universo estão legalmente excluídas de procedimento concursal as situações reguladas no artigo 1.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado:

“Artigo 1.º ...

5 - A presente lei não se aplica aos cargos dirigentes:

a) Dos órgãos e serviços de apoio ao Presidente da República, à Assembleia da República e aos tribunais;

b) Das Forças Armadas, das forças e serviços de segurança e dos órgãos públicos que exercem funções de segurança interna, nos termos definidos pela Lei de Segurança Interna, bem como do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Gabinete Nacional de Segurança e do serviço que tenha por missão assegurar a gestão do sistema prisional;

c) Dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino;

d) Dos órgãos de gestão dos estabelecimentos do sector público administrativo de saúde;

e) Do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, por força de disposição legal própria, tenham de ser providos por pessoal da carreira diplomática ou para cujo provimento tenha sido escolhido pessoal da mesma carreira ou que sejam exercidos nos serviços externos;

f) Integrados em carreiras.

6 - Os titulares dos cargos de direção superior dos serviços e organismos do Ministério da Justiça que devam ser providos por magistrados judiciais ou por magistrados do Ministério Público são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça.

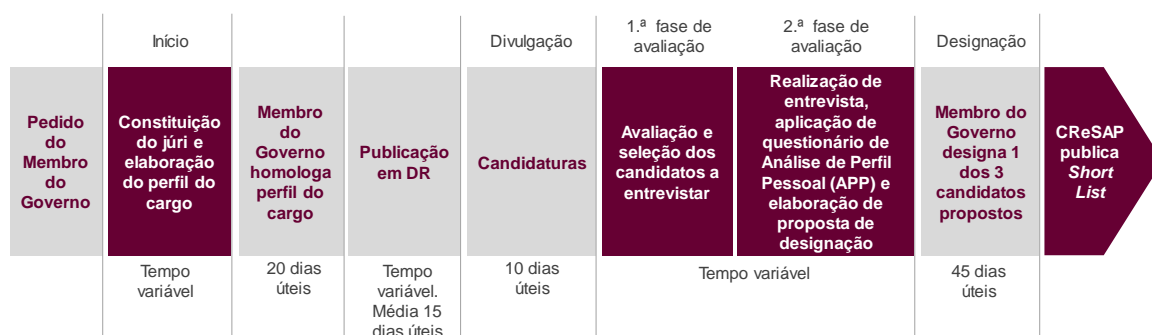
7 - O titular do cargo de direção superior de 1.º grau da Autoridade Nacional de Proteção Civil quando provido por oficial das Forças Armadas ou das forças de segurança, assim como os titulares dos cargos de direção superior dos serviços e organismos do Ministério da Administração Interna quando, nos termos dos respetivos diplomas orgânicos ou estatutários que expressamente o permitam, sejam efetivamente providos por magistrados judiciais ou por magistrados do Ministério Público, são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

8 - As designações realizadas nos termos do n.º 6 e do número anterior operam sem necessidade de recurso a procedimento concursal, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por igual período, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 18.º e 19.º da presente lei.”

5.2. O processo

O processo de desenvolvimento dos procedimentos concursais é constituído por várias etapas que se sintetizam na figura seguinte.

Figura 7 – Análise temporal do procedimento concursal

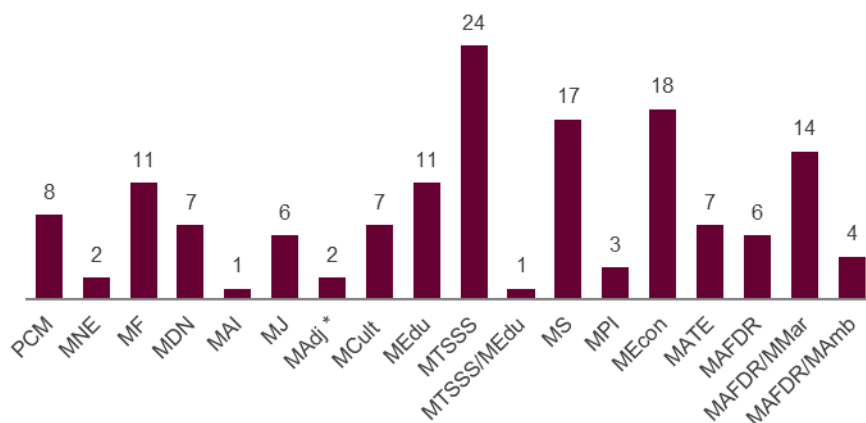


5.3. Atividade desenvolvida

Em 2018 foram desenvolvidos 149 procedimentos concursais, dos quais, 63 transitaram do ano anterior, 75 foram novas solicitações e 11 corresponderam a repetições de avisos de abertura.

A distribuição da totalidade dos procedimentos concursais, por ministério, encontra-se refletida no gráfico seguinte.

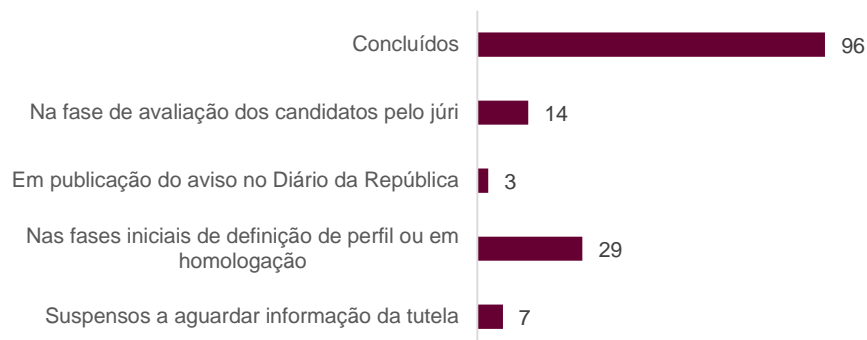
Figura 8 - Procedimentos concursais desenvolvidos, em 2018, por ministério



* Atualmente no âmbito do Ministério da Administração Interna.

No final de 2018 a situação dos 149 procedimentos concursais desenvolvidos era a apresentada no gráfico seguinte.

Figura 9 - Procedimentos concursais - situação no final de 2018

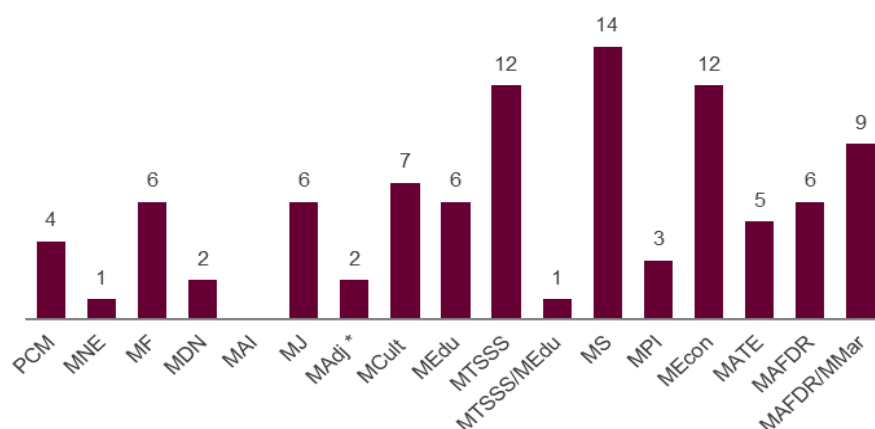


Como se pode constatar, em 2018 o total de procedimentos concursais concluídos foi de 96. Este total inclui 11 procedimentos em que houve repetição de aviso de abertura, por não ter sido possível encontrar 3 candidatos para apresentar proposta de designação ao membro do Governo que teve a iniciativa do procedimento concursal – são situações às quais nos referimos como não tendo sido possível obter *short list*. Dos 11 procedimentos concursais repetidos 4 continuaram a não permitir obter *short list*, sendo que nessas situações os membros do Governo competentes para os respetivos provimentos podem proceder a recrutamento por escolha, a qual é sujeita a avaliação, não vinculativa, de currículo e de adequação de competências ao cargo, realizada pela CReSAP (nos termos previstos no n.º 9 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas).

Deste modo, em 2018 a CReSAP apresentou, aos membros do Governo competentes para os respetivos provimentos, 81 propostas de designação, cada uma com 3 candidatos, que de acordo com a Lei em vigor foram ordenados por ordem alfabética.

A distribuição dos 96 procedimentos concursais concluídos em 2018, por ministério, encontra-se refletida no gráfico seguinte.

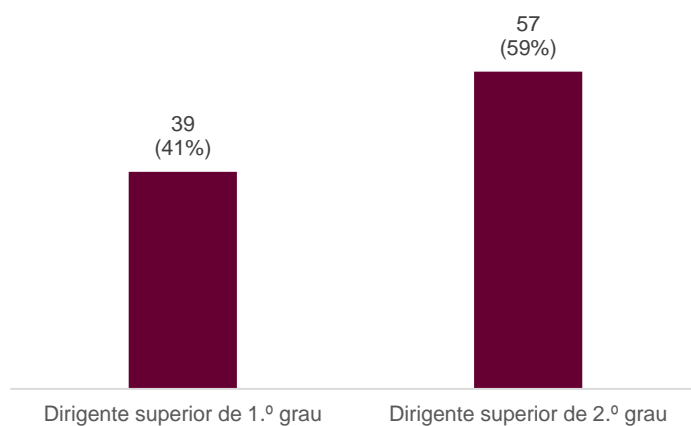
Figura 10 - Procedimentos concursais concluídos em 2018, por ministério



* Atualmente no âmbito do Ministério da Administração Interna.

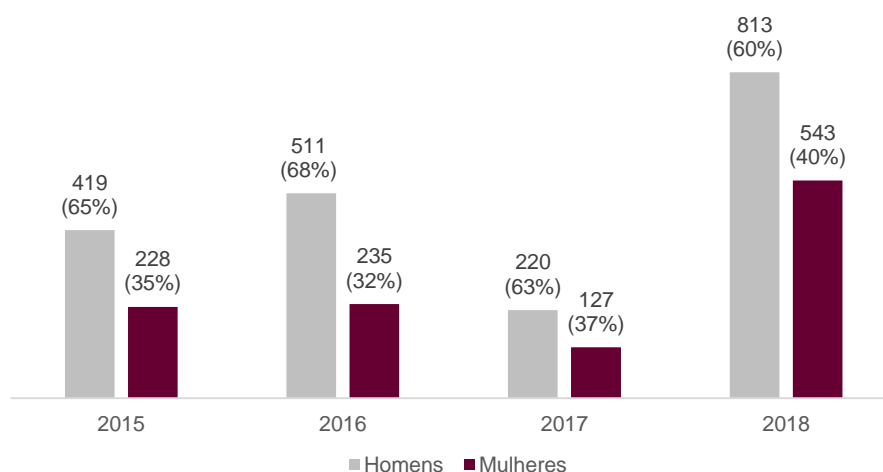
Destes 96 procedimentos concursais 39 (41%) correspondem a dirigente superior de 1.º grau e 57 (59%) a dirigente superior de 2.º grau.

Figura 11 - Procedimentos concursais concluídos em 2018, por grau do cargo



Os 96 processos concluídos em 2018 envolveram a avaliação curricular de 1356 candidatos que foram admitidos a esta primeira fase de avaliação, dos quais 813 (60%) homens e 543 (40%) mulheres.

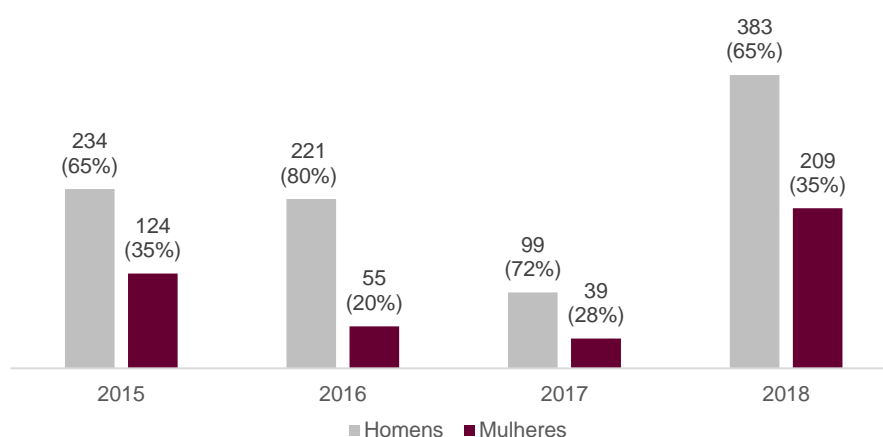
Figura 12 – Evolução anual dos candidatos avaliados na fase de avaliação curricular, por género



Para cada procedimento concursal, em resultado da avaliação curricular, é decidido pelo júri quais os candidatos habilitados à fase de entrevista individual, devendo ser, em princípio, um número mínimo de seis candidatos.

Em 2018, nos 96 processos concluídos e na sequência dos resultados da avaliação curricular foram sujeitos à última fase de avaliação (entrevista individual), 592 candidatos (cerca de 44% dos candidatos da primeira fase de avaliação), dos quais 383 (65%) homens e 209 (35%) mulheres.

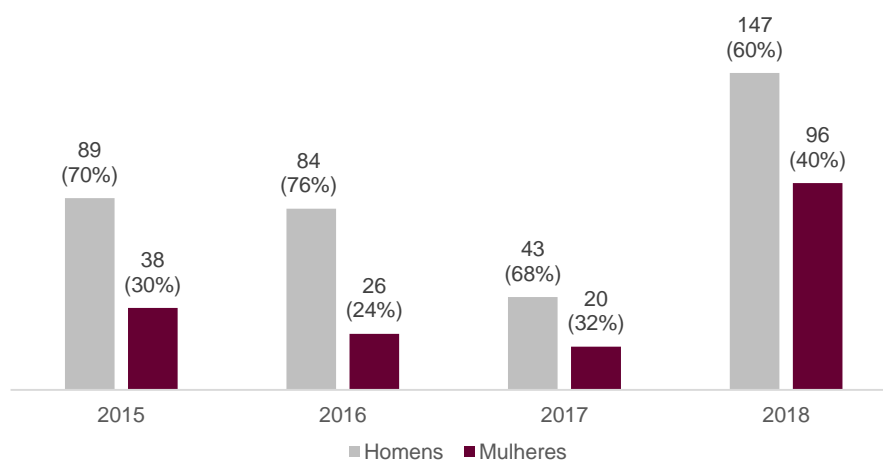
Figura 13 – Evolução anual dos candidatos entrevistados, por género



Tal como já foi referido atrás, em 2018 a CReSAP apresentou, aos membros do Governo competentes para os respetivos provimentos, 81 propostas de designação, cada uma com 3 candidatos considerados preferencialmente adequados para o exercício dos cargos em causa, que de acordo com a Lei em vigor são ordenados por ordem alfabética.

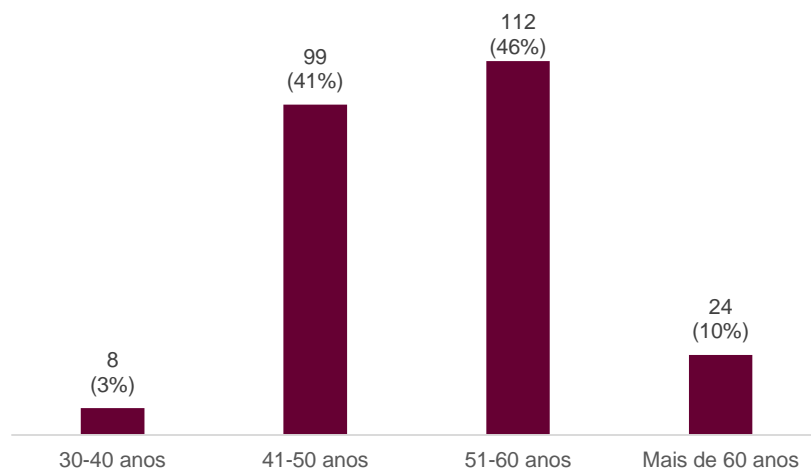
No gráfico seguinte é apresentada informação relativa aos candidatos propostos para designação, por género, verificando-se que em 2018 as 81 propostas de designação apresentadas envolveram 243 candidatos, dos quais 147 (60%) homens e 96 (40%) mulheres.

Figura 14 – Evolução anual dos candidatos propostos para designação, por género



Refere-se ainda que a média de idades dos candidatos propostos para designação em 2018 situou-se nos 51,7 anos, sendo a maior concentração entre as idades de 51 e 60 anos (46%), como se observa no gráfico seguinte.

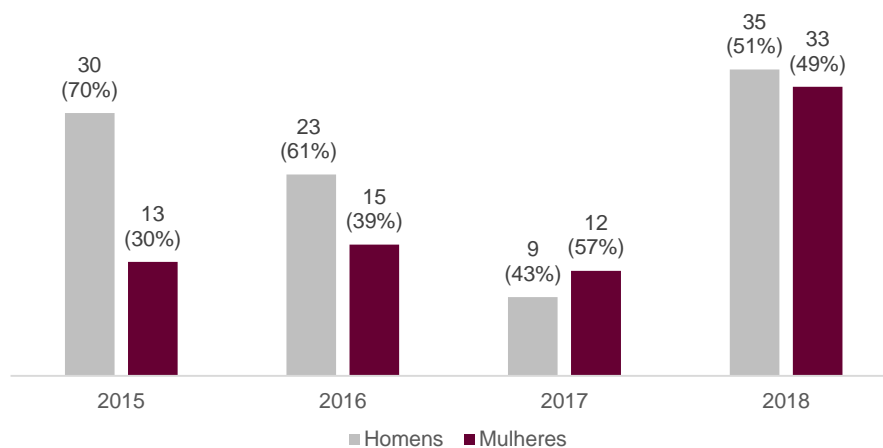
Figura 15 – Candidatos propostos para designação, em 2018, por grupo etário



Nos termos previstos no n.º 12 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas, os cargos de direção superior são providos por despacho do membro do Governo competente, no prazo máximo de 45 dias, a contar da data do recebimento das propostas de designação.

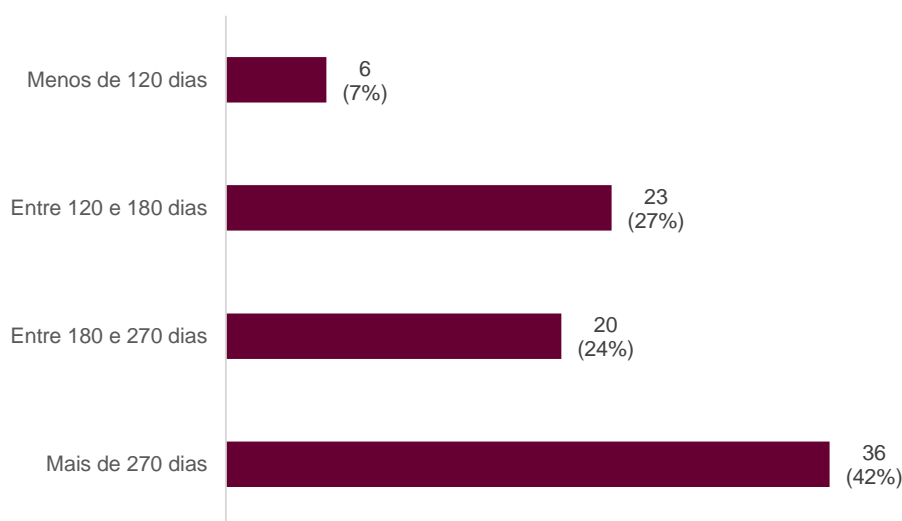
No momento da aprovação deste relatório, das 81 propostas de designação apresentadas em 2018 aos membros do Governo, competentes para os respetivos provimentos, tinham sido publicadas em Diário da República 68 designações, sendo de registar que se verificou algum equilíbrio de género. Concretamente, tal como se pode verificar no gráfico seguinte, em 2018, das 68 designações concretizadas 35 (51%) foram de homens e 33 (49%) foram de mulheres.

Figura 16 – Evolução anual dos candidatos designados, por género



Em 2018 o total de procedimentos concursais concluídos foi de 96, estando aqui incluídos 11 que foram sujeitos a repetição (ver pág. 25). Significa, portanto, que os 96 procedimentos concluídos corresponderam a 85 solicitações, para abertura de procedimento concursal, por parte de membros do Governo. Considerando o processo de desenvolvimento dos procedimentos concursais apresentado no ponto 5.2, verificou-se que, no decurso de 2018, os tempos de resposta para as 85 solicitações foram os apresentados na figura seguinte.

Figura 17 – Tempos de resposta às solicitações dos procedimentos concursais concluídos em 2018



Constata-se que uma grande parte das solicitações dos procedimentos concursais concluídos em 2018, concretamente 42%, levaram mais de 270 dias a ser concluídos, no entanto a maioria destes procedimentos concursais referem-se a solicitações de anos anteriores 2015 (2), 2016 (18) e 2017 (37) que por motivos vários tiveram atrasos significativos e só foram concluídos em 2018.

Dos procedimentos concursais solicitados em 2018 (75) foram concluídos 28 (37%) e destes 6 tiveram um tempo de realização entre os 180 e os 210 dias, ficando os restantes abaixo dos 180 dias, entre os quais um concluído em 56 dias.

A redução dos tempos de realização dos procedimentos concursais é uma das principais preocupações, sendo a adoção de medidas nesse sentido fundamental para fortalecer os princípios subjacentes à criação da CReSAP.

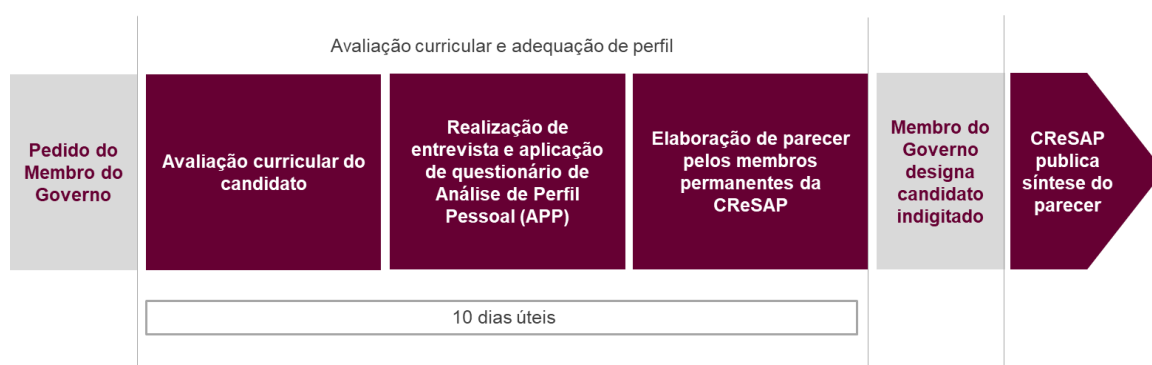
6. Pareceres

A CReSAP emite pareceres, não vinculativos, na sequência da avaliação dos currículos e da adequação das competências de personalidades indigitadas para:

- Exercer cargos de gestor público ou cargos a estes equiparados a qualquer título, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações entretanto introduzidas.
- Exercer cargos de dirigente superior, na sequência de procedimento concursal que tenha ficado deserto, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas.

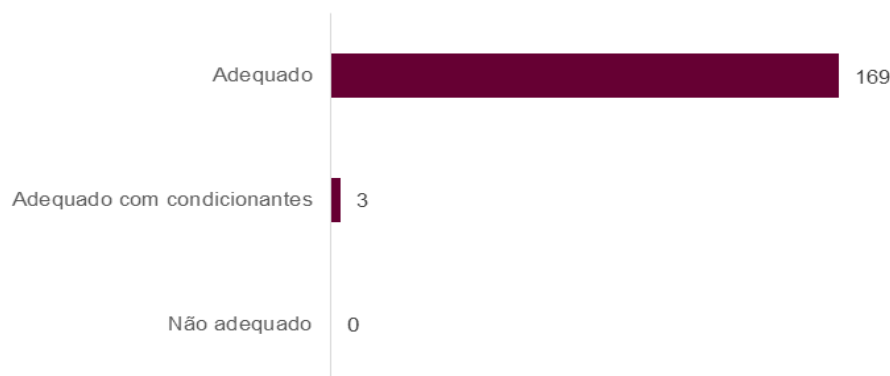
O processo de emissão de pareceres desenvolve-se de acordo com o apresentado na figura seguinte.

Figura 18 – Processo de emissão de pareceres



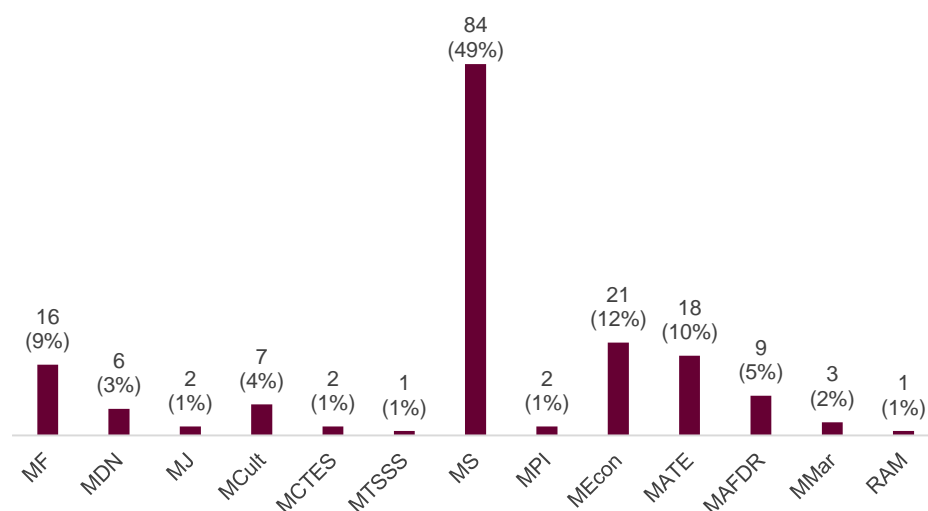
No ano de 2018 foi solicitado à CReSAP a avaliação da adequação de perfil de 172 personalidades indigitadas, sendo que 169 tiveram o parecer de “Adequado” e 3 tiveram o parecer de “Adequado com condicionantes” para o desempenho das funções em causa. Deste universo, 2 respeitaram a cargos de dirigente superior, todos os outros foram para cargos de gestor público.

Figura 19 – Avaliação da adequação de perfil nos pareceres emitidos em 2018



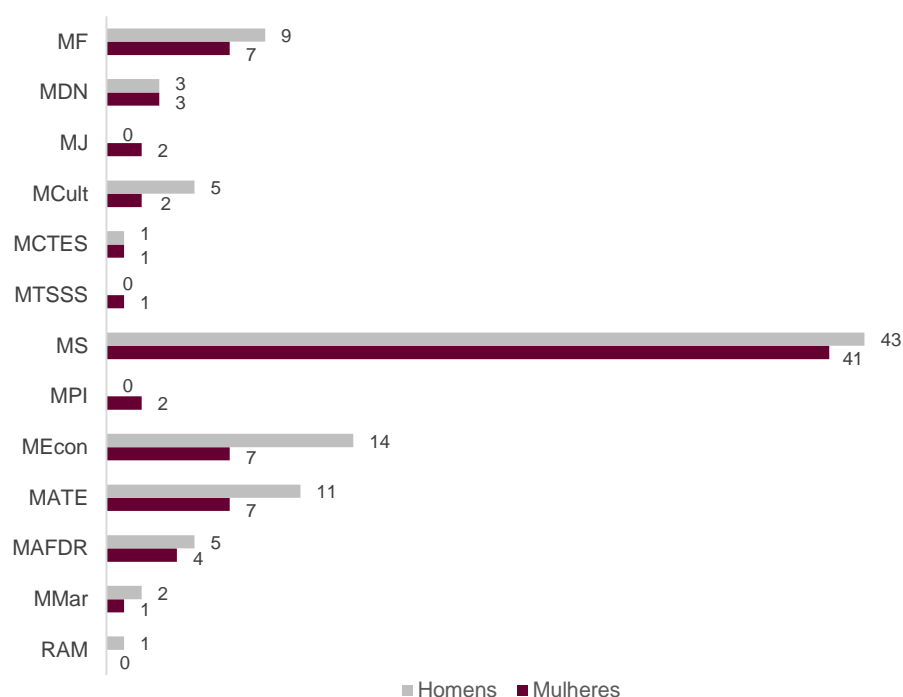
No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição dos pareceres por ministério e para a Região Autónoma da Madeira, verificando-se o destaque do Ministério da Saúde que foi o destinatário de 49% da totalidade dos pareceres emitidos.

Figura 20 – Pareceres emitidos em 2018, por ministério e para a Região Autónoma da Madeira



A informação apresentada acima, desagregada em termos de género, encontra-se refletida no gráfico seguinte.

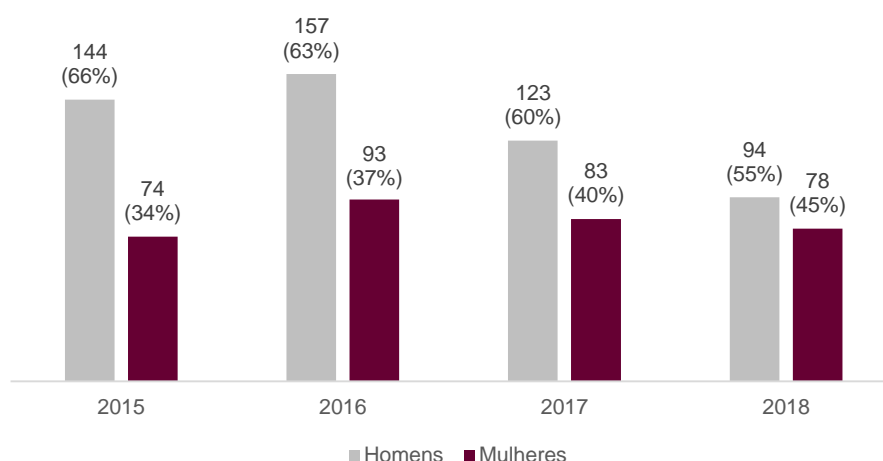
Figura 21 - Pareceres emitidos em 2018, por ministério e para a Região Autónoma da Madeira, por género



No âmbito dos pareceres emitidos em 2018 foram avaliados 94 homens (55%) e 78 mulheres (45%), constatando-se um aumento da percentagem de mulheres sujeitas a parecer para cargos de gestor público relativamente aos três anos anteriores (34% em 2015, 37% em 2016 e 40% em 2017).

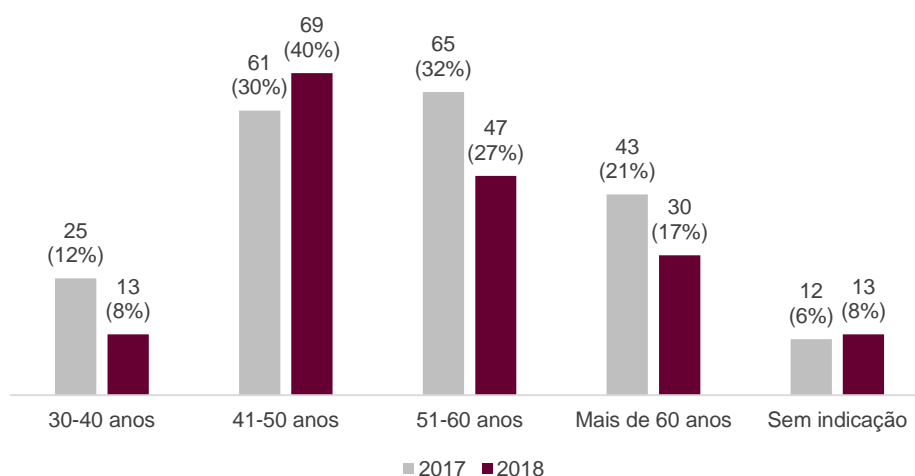
Na figura seguinte encontra-se a distribuição dos pareceres emitidos por género, desde 2015, podendo-se salientar uma evolução no sentido do equilíbrio entre homens e mulheres indigitados no decurso de 2018, comparativamente com os anos anteriores.

Figura 22 - Evolução anual dos pareceres emitidos, por género



Refere-se ainda que a média de idades das personalidades avaliadas, no âmbito dos pareceres emitidos, situou-se nos 51,7 anos em 2018, ligeiramente inferior aos 52,2 anos verificados em 2017. Como pode ser observado no gráfico seguinte, a maior concentração em termos de grupo etário foi entre as idades de 41 e 50 anos (40%) em 2018, quando em 2017 foi entre as idades de 51 e 60 anos (32%).

Figura 23 – Personalidades avaliadas nos pareceres emitidos em 2017 e 2018, por grupo etário



7. Outras atividades

Foram desenvolvidas diversas iniciativas com vista à melhoria da qualidade do serviço prestado pela CReSAP, destacando-se o *Benchmarking* com outras empresas e instituições, nacionais e internacionais, por forma a analisar e validar normas e procedimentos que têm vindo a ser postos em prática, contribuindo com isso para uma maior sustentação das propostas de âmbito estratégico que podem vir a ser apresentadas futuramente.

Do ponto de vista operacional a CReSAP, levou a efeito um conjunto de iniciativas, salientando-se como mais relevantes as seguintes:

- Dinamização e realização de *workshops* ministrados por responsáveis da empresa *Thomas International*, a vogais não permanentes e peritos sobre a interpretação dos resultados extraídos das respostas ao questionário de Análise de Perfil Pessoal (APP);
- Conclusão da formação sobre o questionário de Análise de Perfil Pessoal (APP) e obtenção de Credenciação Internacional aos membros permanentes da CReSAP para aplicação e interpretação dos respetivos resultados;
- Reunião com representantes do Ministério da Educação (Direção-Geral do Ensino Superior) com vista a definir critérios específicos de apresentação de diplomas de conclusão de licenciatura, nomeadamente no caso da mesma ter sido obtida no estrangeiro, sendo necessário que seja reconhecida legalmente em Portugal, até à data de abertura do procedimento concursal;
- Elaboração do documento de Política de Privacidade da CReSAP e designação do Encarregado da Proteção de Dados através do Despacho Nº 22/2018, de 24 de maio, da Presidente da CReSAP, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016;
- Reflexão interna sobre ajustamentos ao Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública (Despacho n.º 4032/2016, Diário da República, de 21 de março).

No âmbito da cooperação institucional e por solicitação da DGAEP e do INA, foram realizadas apresentações e debates sobre questões emergentes relacionadas com recrutamento e seleção de gestores de topo na Administração Pública com delegações de países interessados em conhecer o quadro legal português e a experiência da sua aplicação. Concretamente ocorreram as seguintes visitas técnicas:

- 19 de janeiro de 2018 – Azerbaijão (10 pessoas): Organizada pelo INA para troca de experiências na sequência de um pedido do gestor do *Twinning project Support to further reforms of the Civil Service System in Azerbaijan*, para um grupo de funcionários da Administração Pública do Azerbaijão;

- 29 de janeiro de 2018 – Kosovo (10 pessoas): Organizada pela DGAEP para troca de experiências sobre o processo de reforma da administração pública;
- 2 de março de 2018 – Lituânia (3 pessoas): Organizada pela DGAEP para troca de experiências sobre o processo de recrutamento dos dirigentes superiores, com enfoque nos seus aspetos mais técnicos (plataforma informática da CReSAP, análise do questionário de autoavaliação curricular e entrevistas).

No âmbito do relacionamento com a Assembleia da República, através da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) ocorreram as seguintes audições da presidente da CReSAP:

- Em 28 de fevereiro de 2018 - Para apresentação do Relatório de Atividades de 2017, nos termos do art.º 17.º dos Estatutos da CReSAP;
- Em 12 de setembro de 2018 - Para apresentação de informação estatística da atividade da CReSAP relacionada com a “Igualdade de Género” no âmbito da discussão da proposta de Lei n.º 116/XIII.

8. Recursos

8.1. Recursos humanos

Em relação aos recursos humanos, para além da presidente e dos vogais permanentes, a CReSAP, de acordo com o estabelecido nos seus estatutos, conta com o apoio administrativo ao seu funcionamento da SGMF e o apoio técnico da DGAEP e do INA.

Assim e nos termos definidos no Regulamento Interno da CReSAP para a prestação deste apoio, a SGMF e o INA afetaram diretamente à CReSAP um conjunto de trabalhadores.

Figura 24 - Número de trabalhadores que apoiam o funcionamento da CReSAP, em 2018

Carreira	Número	Organismo de origem
Técnico superior	2	INA
Assistente técnico	1	INA
Assistente técnico	1	SGMF
Assistente operacional (motorista)	1	SGMF

A CReSAP conta igualmente com a colaboração, a meio tempo, de um quadro superior do INFARMED para as funções de assessoria de imprensa.

8.2. Recursos financeiros

O orçamento de 2018 atribuído à CReSAP era à partida deficitário uma vez que não contemplava a globalidade das necessidades orçamentais para o corrente ano designadamente o valor da renda das instalações, que corresponde a mais de 50% da dotação para aquisição de bens e serviços.

As cativações vieram agravar esta situação, que incluiu também as verbas de pessoal e só através de descativação e reforço orçamental foi possível cumprir as obrigações estritamente necessárias ao funcionamento da Comissão.

A execução orçamental de 2018 foi de 663 499 €, sendo inferior à de 2017 que tinha sido de 716 507€.

Figura 25 - Execução do orçamento da CReSAP 2018

	Orçamento inicial (€)	Orçamento corrigido (€)	Execução (€)	Peso relativo
Pessoal	523 575,00	549 358,00	546 871,40	82%
Aquisição de bens e serviços	124 209,00	115 247,00	104 339,64	16%
Despesa de capital	19 468,00	13 038,00	12 287,70	2%
Total	667 252,00	677 643,00	663 498,74	100%

8.3. Recursos tecnológicos

Foi dada continuidade aos ajustamentos na infraestrutura tecnológica da CReSAP mantendo o software operacional e o sitio na internet em plataformas *Open Source*, reforçando a segurança e desempenho do conjunto destes meios.

Considerando que a plataforma informática de suporte aos procedimentos concursais foi desenvolvida em 2012 e não teve qualquer evolução tecnológica desde então torna-se necessária a sua renovação. No decorrer de 2018 foram levadas a efeito diversas reuniões bem como trabalhos preparatórios entre a CReSAP e o fornecedor de *software*, com vista a incorporar novos requisitos funcionais, a evolução tecnológica entretanto ocorrida e os atuais aspetos de segurança e privacidade de dados, que dependendo da disponibilidade orçamental se esperam concretizar em 2019.

A par do contributo dos fornecedores privados no desenvolvimento e manutenção de software, a CReSAP contou com a colaboração da ESPAP para serviços de alojamento de dados, de correio eletrónico e de gestão de rede. O apoio a utilizadores, a instalação e manutenção dos postos de trabalho contou com a habitual colaboração da SGMF.

A perspetiva de modernização e simplificação administrativa esteve sempre presente, com especial atenção à redução e controlo de custos tanto internos como externos.

9. Conclusões prospetivas

Considerando a experiência adquirida e consolidada em 2018 bem como os resultados já alcançados foi possível identificar um conjunto de medidas que poderão vir a melhorar o funcionamento da CReSAP.

No que diz respeito ao Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública (Despacho n.º 4032/2016, de 10 de março), a CReSAP, na reunião plenária de 14 de março de 2019, concordou com a introdução de alguns ajustamentos, encontrando-se a redação final em ultimação para posterior aprovação e respetiva publicação em Diário da República.

No que diz respeito ao Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei 2/2004, 15 de janeiro, na sua versão atual) no âmbito do recrutamento e seleção dos dirigentes superiores da administração pública, consideramos ser de avaliar/analisar, entre outros aspetos:

- a possibilidade de abertura imediata de procedimento concursal na sequência da designação de dirigente superior em regime de substituição;
- a publicitação do procedimento concursal, designadamente onde publicitar e respetivo prazo (n.º 1, n.º 2 e n.º 3 do art.º 19.º);
- a atual obrigatoriedade de participação dos dirigentes intermédios nos procedimentos concursais (n.º 4 e n.º 5 do art.º 19.º);
- a clarificação das consequências da não nomeação nos 45 dias subsequentes ao envio da proposta de designação ao membro do governo (n.º 12 do art.º 19.º e art.º 27.º).

Além das questões atrás mencionadas, consideramos ainda como necessário:

- A aquisição de novos instrumentos de avaliação de candidatos;
- A renovação e reengenharia da plataforma informática de suporte aos procedimentos concursais de forma a completar todo o processo concursal e reforçar todos os aspetos de segurança e privacidade;
- A desmaterialização do processo de emissão de pareceres;
- O reforço de recurso humanos qualificados nas áreas relevantes como Direito e Gestão de Recursos Humanos no sentido de apoiar os júris de forma mais efetiva, permitindo reduzir as tarefas administrativas desempenhadas atualmente pelos membros da CReSAP.

10. Anexos

Anexo I - Competências de gestão

Liderança

- Influencia o comportamento e atitudes de outras pessoas em contexto organizacional.
- Lidera projetos/programas/organizações de grande dimensão e com elevado grau de complexidade e responsabilidade.
- Lida com situações de pressão, encarando-as de forma positiva e levando a equipa a aderir às suas orientações.

Colaboração

- Cria sinergias com os elementos das equipas com que interage, comunicando de forma cordial e afável.
- Estabelece acordos e consensos com pessoas e grupos, atingindo objetivos que visam o aumento da eficácia e eficiência da organização.

Motivação

- Valoriza o trabalho pela satisfação que o mesmo lhe confere, mostrando-se entusiasmado e transmitindo esse entusiasmo às equipas que lidera.
- Mostra-se resiliente na execução de atividades que exigem esforço acrescido.

Orientação estratégica

- Planeia de forma estratégica as atividades que estão sob a sua responsabilidade.
- Atento à influência das suas decisões no futuro da organização, antecipando resultados e prevendo efeitos adversos.
- Demonstra coerência e linha de continuidade no pensamento estratégico.

Orientação para resultados

- Define resultados, metas e objetivos de forma determinada e mensurável.
- Desafia os outros e a si próprio, demonstrando-se enérgico na tomada de decisão.

Orientação para o cidadão e serviço de interesse público

- Presta serviço de qualidade aos utentes/clientes, promovendo na sociedade o aumento da confiança nas organizações onde colabora.
- Orienta a sua atividade respeitando os valores éticos e deontológicos do serviço público.

Gestão da mudança e inovação

- Adapta-se a novas situações, ultrapassando condicionalismos e resistências, aderindo a novos processos de gestão.
- Diagnostica necessidades de mudança e apoia ativamente a sua implementação.
- Mostra-se empreendedor com visão compreensiva dos diversos contextos para induzir novas soluções.

Sensibilidade social

- Participa em organizações ou atividades de cariz e intervenção social
- Orientado para atender às necessidades dos outros, tendo em consideração o bem comum

Experiência profissional

- Possui experiência profissional em cargos de gestão/direção/coordenação/chefia.
- Exerceu funções em diversas áreas de atividade profissional, demonstrando abrangência de conhecimento técnico e de gestão.

Formação académica

- Possui habilitação académica, no mínimo equivalente ao grau de licenciatura, relevante para o cargo a ocupar

Formação profissional

- Tem formação profissional em áreas diversificadas, nomeadamente de gestão de pessoas e de gestão pública.
- Possui formação profissional específica relacionada com o cargo a ocupar.

Aptidão para o cargo

- Mostra conhecimento da organização em causa, verificável através da pertinência e razoabilidade das ações principais que pensa poder vir a desenvolver.

Anexo II - Competências comportamentais

Determinação

- Capacidade para gerir situações que impliquem a obtenção de resultados tangíveis e mensuráveis.
- Capacidade para lidar com situações inesperadas, sendo capaz de tomar decisões assertivas mesmo que as mesmas não sejam consensuais.

Empatia

- Capacidade para gerir situações que impliquem influenciar e motivar o comportamento de outros.
- Capacidade para estabelecer relações de confiança, criando um ambiente favorável ao bem-estar das equipas.

Capacidade para antecipar consequências

- Capacidade para prever situações que possam ter influencia na qualidade do trabalho, conseguindo efetuar uma análise precisa dos factos conhecidos ou os que possam vir a ocorrer e que são fatores críticos de sucesso.
- Capacidade para coletar informação relevante, de forma individual ou grupal, analisando os dados disponíveis para conseguir estabelecer prioridade de atuação estratégica lidando com a imprevisibilidade das situações a ocorrer.

Capacidade para lidar com a ambiguidade

- Capacidade para motivar e influenciar as outras pessoas em contextos pouco estruturados ou aqueles que foram sujeitos a mudanças acentuadas na sua organização.
- Capacidade para lidar com opiniões estratégicas ambivalentes, conseguindo congrega consensos de forma a tomar decisões sustentadas e refletidas.

Adaptabilidade

- Capacidade para lidar com diversos contextos nacionais e/ou internacionais em que a interação socio cultural implique uma compreensão de divergências e de concordâncias de pontos de vista no seio das equipas.
- Capacidade para flexibilizar o seu comportamento, respeitando as opiniões de outros levando-as em linha de conta na sua tomada de decisão.

Anexo III - Matriz de avaliação global nos procedimentos concursais

Avaliação	Descrição
Preferencialmente Adequado	Perfil com correspondência elevada aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, tendo em conta os critérios de avaliação constantes do aviso de abertura deste procedimento concursal.
Adequado	Perfil com correspondência aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, tendo em conta os critérios de avaliação constantes do aviso de abertura deste procedimento concursal.
Adequado com Condicionantes	Perfil com correspondência parcial aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, tendo em conta os critérios de avaliação constantes do aviso de abertura deste procedimento concursal.
Não Adequado	Perfil sem correspondência aos requisitos do cargo, a nível técnico, comportamental e de gestão, tendo em conta os critérios de avaliação constantes do aviso de abertura deste procedimento concursal.

Anexo IV - Procedimentos concursais que transitaram para 2018

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
601_CRESAP_39_04/15	MAOTE	SG- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	Secretário-Geral
602_CRESAP_40_04/15	MAOTE	SG- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	Secretário-Geral Adjunto
701_CRESAP_56_07/16 796_CRESAP_56_07/16	MTSSS	Instituto da Segurança Social - Aveiro	Diretor de Segurança Social
709_CRESAP_60_07/16	MPI	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	Presidente do CD
710_CRESAP_61_07/16	MPI	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	Vogal do CD
711_CRESAP_62_07/16	MPI	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	Vogal do CD
716_CRESAP_65_08/16	MCult	DG Património Cultural	Subdiretor- Geral
719_CRESAP_67_09/16	PCM	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Presidente
720_CRESAP_68_09/16	PCM	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Vice-Presidente
725_CRESAP_72_10/16	MCult	Direção Geral das Artes	Diretor-Geral
727_CRESAP_73_10/16	MCult	Direção Geral das Artes	Subdiretor- Geral
735_CRESAP_81_10_16	MAFDR	DG Alimentação e Veterinária	Diretor-Geral
737_CRESAP_82_10_16	MAFDR	DG Alimentação e Veterinária	Subdiretor- Geral
738_CRESAP_83_11_16	MTSSS	Instituto da Segurança Social - Porto	Diretor de Segurança Social
739_CRESAP_84_11_16	MTSSS	Instituto da Segurança Social -Porto	Diretor Adjunto de Segurança Social
742_CRESAP_86_11/16	MEcon	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP	Vogal
744_CRESAP_87_11/16	PCM	DG Autarquias Locais	Subinspetor- Geral
745_CRESAP_89_12/16	MEdu	Instituto Português do Desporto e da Juventude	Vice-Presidente
746_CRESAP_90_12/16	MEcon	Turismo de Portugal, IP	Vogal
747_CRESAP_94_12/16	MEdu	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	Diretor-Geral
748_CRESAP_1_01/17	MJ	Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça	Inspetor-Geral
749_CRESAP_2_02/17	MDN	Instituto de Ação Social das Forças Armadas, IP	Vogal (1) do Conselho Diretivo
750_CRESAP_3_02/17	MDN	Instituto de Ação Social das Forças Armadas, IP	Vogal (2) do Conselho Diretivo
751_CRESAP_4_02/17	MEdu	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	Subdiretor-Geral
752_CRESAP_6_02/17	MEcon	Direção-Geral do Consumidor	Diretor-Geral
753_CRESAP_9_02/17	MS	Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	Presidente

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
755_CRESAP_11_04/17	PCM	Direção-Geral das Autarquias Locais	Diretor-Geral
756_CRESAP_17_04/17	MEcon	Direção-Geral de Energia e Geologia	Diretor-Geral
758_CRESAP_18_04/17	MTSSS	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	Diretor-Geral
759_CRESAP_19_05/17	MJ	Instituto Nacional e Medicina Legal e Ciências Forenses, IP	Vice-Presidente
761_CRESAP_20_05/17	MJ	Instituto Nacional e Medicina Legal e Ciências Forenses, IP	Vogal
762_CRESAP_22_05/17	MAMAOT	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - IGAMAOT	Subinspetor-Geral
767_CRESAP_27_05/17	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor de Finanças de Lisboa
768_CRESAP_28_05/17	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral da Área de Gestão Tributária - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
769_CRESAP_29_05/17	MJ	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP.	Presidente do Conselho Diretivo
770_CRESAP_30_06/17	MTSSS	ISS-Braga	Diretor de Segurança Social de Braga
771_CRESAP_31_06/17	MEcon	Instituto Português da Qualidade, I.P.	Presidente do Conselho Diretivo
772_CRESAP_32_06/17	MEcon	Instituto Português da Qualidade, I.P.	Vogal (1) do Conselho Diretivo
773_CRESAP_33_06/17	MEcon	Instituto Português da Qualidade, I.P.	Vogal (2) do Conselho Diretivo
775_CRESAP_35_06/17	MEcon	Agência para a Competitividade e Inovação, IP - IAPMEI	Presidente do Conselho Diretivo
776_CRESAP_36_06/17	MEcon	Agência para a Competitividade e Inovação, IP - IAPMEI	Vogal (1) do Conselho Diretivo
777_CRESAP_37_06/17	MEcon	Agência para a Competitividade e Inovação, IP - IAPMEI	Vogal (2) do Conselho Diretivo
778_CRESAP_38_07/17	MJ	Direção-Geral de Administração da Justiça	Subdiretor-Geral
782_CRESAP_40_08/17	MAmb	Direção-Geral do Território	Subdiretor-Geral do Território
783_CRESAP_41_08/17	MAmb	Direção-Geral do Território	Diretor-Geral
784_CRESAP_42_08/17	MS	Instituto Nacional de Emergência Médica, IP	Vogal do Conselho Diretivo
786_CRESAP_43_08/17	MCult	Instituto de Cinema e do Audiovisual	Presidente do Conselho Diretivo
787_CRESAP_44_08/17	MCult	Instituto de Cinema e do Audiovisual	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
793_CRESAP_47_09/17	MEdu	Direção-Geral da Educação	Diretor- Geral
794_CRESAP_48_09/17	MTSSS/MEdu	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP	Vogal do Conselho Diretivo
795_CRESAP_49_09/17	MNE	Instituto da Cooperação e da Língua, IP - Camões	Vogal do Conselho Diretivo

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
798_CRESAP_50_10/17	MTSSS	ACT-Autoridade para as Condições do Trabalho	Subinspetor-Geral
799_CRESAP_51_10/17	MS	Admin. Regional de Saúde do Algarve	Presidente do Conselho Diretivo
801_CRESAP_52_10/17	MS	Admin. Regional de Saúde do Algarve	Vogal do Conselho Diretivo
802_CRESAP_53_10/17	MS	Administração Regional da Saúde do Norte, I.P.	Vogal do Conselho Diretivo
803_CRESAP_54_10/17	MS	Administração Regional da Saúde do Centro, I.P.	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
804_CRESAP_55_10/17	MS	Administração Regional da Saúde do Centro, I.P.	Presidente do Conselho Diretivo
805_CRESAP_56_10/17	MAFDR/MAmb	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
806_CRESAP_57_10/17	MAFDR/MAmb	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	Vogal (1) do Conselho Diretivo
807_CRESAP_58_10/17	MAFDR/MAmb	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	Vogal (2) do Conselho Diretivo
808_CRESAP_59_11/17	MAFDR/MAmb	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	Presidente do Conselho Diretivo
818_CRESAP_60_11/17	PGR	Procuradora-Geral da República	Secretário-Adjunto

Anexo V - Pedidos de abertura de procedimentos concursais em 2018

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
830_CReSAP_01_01/18	MF	INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas-INA	Subdiretor-Geral
833_CReSAP_02_02/18	MAFDR	DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Diretor-Geral
836_CReSAP_04_03/18	MEdu	DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar	Subdiretor-Geral
838_CReSAP_05_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	Diretor Regional
839_CReSAP_06_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	Diretor Regional
840_CReSAP_07_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	Diretor Regional
841_CReSAP_08_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	Diretor Regional
842_CReSAP_09_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	Diretor Regional
843_CReSAP_10_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	Diretor Regional Adjunto
845_CReSAP_11_03/18	MTSSS	Casa Pia de Lisboa	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
846_CReSAP_12_03/18	MTSSS	Instituto Nacional para a Reabilitação, IP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
847_CReSAP_13_03/18	MTSSS	Instituto Nacional para a Reabilitação, IP	Presidente do Conselho Diretivo
848_CReSAP_14_03/18	MS	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP	Vice-Presidente
849_CReSAP_15_03/18 906_CReSAP_15_03/18	MS	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP	Presidente
851_CReSAP_16_03/18	MTSSS	Centro Distrital de Viana do Castelo do Instituto da Segurança Social, IP	Diretor de Segurança Social
857_CReSAP_17_03/18	PCM	Centro de Competências Jurídicas do Estado - JurisAPP	Diretor
858_CReSAP_18_03/18	MS	Inspeção-Geral das Atividades em Saúde	Subinspetor-Geral
859_CReSAP_19_04/18	MAFDR	Instituto da Vinha e do Vinho, IP	Presidente do Conselho Diretivo
860_CReSAP_20_04/18	MAFDR	Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP	Presidente do Conselho Diretivo
863_CReSAP_22_04/18	MTSSS	Centro Distrital de Beja do Instituto de Segurança Social	Diretor de Segurança Social
865_CReSAP_23_04/18	PCM	Alto Comissariado para as Migrações	Vogal do Conselho Diretivo
868_CReSAP_25_04/18 917_CReSAP_25_04/18	MAFDR/MMar	IFAP, IP - Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	Presidente
869_CReSAP_26_04/18	MAFDR/MMar	IFAP, IP - Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	Vice-Presidente
870_CReSAP_27_04/18	MAFDR/MMar	IFAP, IP - Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	Vogal(1)
872_CReSAP_28_07/18	MAFDR/MMar	IFAP, IP - Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	Vogal (2)
873_CReSAP_29_05/18	MEcon	DGAE - Direção-Geral das Atividades Económicas	Diretor-Geral

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
874_CReSAP_30_05/18	MEcon	DGAE - Direção-Geral das Atividades Económicas	Subdiretor-Geral
876_CReSAP_31_05/18	MTSSS	Centro Distrital de Évora do Instituto de Segurança Social	Diretor de Segurança Social
877_CReSAP_33_05/18	MF	DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	Diretor-Geral
878_CReSAP_34_05/18	MF	DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	Subdiretor-Geral
880_CReSAP_35_05/18	MF	DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	Subdiretor-Geral
882_CReSAP_36_05/18	ME	DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar	Diretor-Geral
883_CReSAP_37_05/18	MTSSS	DRH-IEFP, IP - Departamento de Recursos Humanos do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP	Diretor
884_CReSAP_38_05/18	MCult	Direção-Geral das Artes	Diretor-Geral
885_CReSAP_39_06/18 956_CReSAP_39_06/18	MF	UTAP - Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos	Coordenador
886_CReSAP_41_07/18	MTSSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	Presidente
887_CReSAP_42_07/18	MTSSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	Vice-Presidente
889_CReSAP_43_07/18	MTSSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	Vogal
891_CReSAP_44_07/18 928_CReSAP_44_07/18	MS	Direção-Geral da Saúde	Subdiretor-Geral
895_CReSAP_45_07/18	MTSSS	ACT - Autoridade para as condições do Trabalho	Inspetor-Geral
896_CReSAP_46_07/18	MTSSS	Centro Distrital de Santarém do Instituto da Segurança Social, IP	Diretor de Segurança Social
897_CReSAP_47_08/18	MAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	Secretário-Geral Adjunto
898-CReSAP_48_08/18	MTSSS	Centro Nacional de Pensões	Diretor Adjunto
899_CResAP_50_09/18	MAFDR/MMar	GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral	Subdiretor-Geral
900_CReSAP_51_09/18	MAFDR/MMar	GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral	Subdiretor-Geral
901_CReSAP_52_09/18	MAFDR/MMar	GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral	Subdiretor-Geral
902_CReSAP_54_09/18	MNE	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua	Vogal do Conselho Diretivo
903_CReSAP_55_09/18	MEcon	Direção-Geral de Energia e Geologia	Diretor-Geral
904_CReSAP_56_09/18	MEcon	Direção-Geral de Energia e Geologia	Subdiretor-Geral (1)
905_CReSAP_57_09/18	MEcon	Direção-Geral de Energia e Geologia	Subdiretor-Geral (2)
907_CReSAP_58_10/18	MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional	Secretário-Geral
908_CReSAP_59_10/18	MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional	Secretário-Geral Adjunto
909_CReSAP_60_10/18	MDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	Subdiretor-Geral

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
910_CReSAP_61_10/18	MDN	Inspecção-Geral da Defesa Nacional	Inspetor-Geral
912_CReSAP_66_10/18	MS	Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	Vogal do Conselho Diretivo
913_CReSAP_62_10/18	MF	ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Função Pública	Presidente do Conselho Diretivo
914_CReSAP_63_10/18	MF	ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Função Pública	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
915_CReSAP_64_10/18	MF	ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Função Pública	Vogal (1) do Conselho Diretivo
916_CReSAP_65_10/18	MF	ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Função Pública	Vogal (2) do Conselho Diretivo
919_CReSAP_68_10/18	MTSSS	Instituto de Segurança Social de Viseu	Diretor
921_CReSAP_71_11/18	MEdu	Direção-Geral da Educação	Subdiretor-Geral
922_CReSAP_69_11/18	MTSSS	CNPDP CJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	Presidente
923_CReSAP_70_11/18	MTSSS	CNPDP CJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	Vice-Presidente
932_CReSAP_72_12/18	MATE	APA - Agência Portuguesa do Ambiente, IP	Vice-Presidente
933_CReSAP_73_12/18	MATE	APA - Agência Portuguesa do Ambiente, IP	Vogal
934_CReSAP_74_12/18	MEdu	Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	Presidente
936_CReSAP_75_12/18	MEdu	Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	Vice-Presidente
937_CReSAP_76_12/18	MEdu	Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	Vogal (1)
938_CReSAP_77_12/18	MEdu	Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	Vogal (2)
942_CReSAP_78_12/18	MTSSS	CRL - Centro de Relações Laborais	Coordenador Executivo
943_CReSAP_79_12/18	MDN	IASFA - Instituto de Ação Social das Forças Armadas, IP	Vogal
948_CReSAP_81_12/18	PCM	AGIF, IP - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, IP	Presidente
949_CReSAP_82_12/18	PCM	AGIF, IP - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, IP	Vogal(1)
950_CReSAP_83_12/18	PCM	AGIF, IP - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, IP	Vogal(2)
951_CReSAP_84_12/18	MEcon	IPQ, IP - Instituto Português de Qualidade, IP	Vogal do Conselho Diretivo

Anexo VI - Procedimentos concursais concluídos em 2018

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
601_CReSAP_39_04/15	MAOTE	Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	Secretário-Geral
602_CReSAP_40_04/15	MAOTE	Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	Secretário-Geral Adjunto
701_CReSAP_56_07/16 796_CReSAP_56_07/16	MTSSS	Centro Distrital de Aveiro do Instituto da Segurança Social, IP	Diretor de Segurança Social
709_CReSAP_60_07/16	MPI	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	Presidente do Conselho Diretivo
710_CReSAP_61_07/16	MPI	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	Vogal (1) do Conselho Diretivo
711_CReSAP_62_07/16	MPI	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	Vogal (2) do Conselho Diretivo
716_CReSAP_65_08/16	MCult	Direção-Geral do Património Cultural	Subdiretor-Geral
719_CReSAP_67_09/16	PCM	CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Presidente
720_CReSAP_68_09/16 856_CReSAP_68_09/16	PCM	CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Vice-Presidente
725_CReSAP_72_09/16	MCult	Direção-Geral das Artes	Diretor-Geral
727_CReSAP_73_09/16	MCult	Direção-Geral das Artes	Subdiretor-Geral
735_CReSAP_81_10/16 831_CReSAP_81_11/18	MAFDR	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	Diretor-Geral
737_CReSAP_82_10/16	MAFDR	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	Subdiretor-Geral
738_CReSAP_83_11/16	MTSSS	Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, IP	Diretor de Segurança Social
739_CReSAP_84_11/16	MTSSS	Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, IP	Diretor Adjunto de Segurança Social
742_CReSAP_86_11/16	MEcon	LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP	Vogal
744_CReSAP_87_11/16	MAdj	DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais	Subdiretor-Geral
745_CReSAP_89_12/16	MEdu	IPDJ, IP – Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
746_CReSAP_90_12/16	MEcon	Instituto do Turismo de Portugal, IP	Vogal do Conselho Diretivo
747_CReSAP_94_12/16	MEdu	DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	Diretor-Geral
749_CReSAP_02_02/17	MDN	IASFA - Instituto de Ação Social das Forças Armadas, IP	Vogal (1) do Conselho Diretivo
750_CReSAP_03_02/17	MDN	IASFA - Instituto de Ação Social das Forças Armadas, IP	Vogal (2) do Conselho Diretivo
751_CReSAP_04_02/17	MEdu	DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	Subdiretor-Geral
752_CReSAP_06_02/17	MEcon	DGC - Direção-Geral do Consumidor	Diretor-Geral
753_CReSAP_09_02/17 855_CReSAP_09_02/17	MS	IPST, IP – Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	Presidente
755_CReSAP_11_04/17	MAdj	DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais	Diretor-Geral

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
756_CRESAP_17_04/17	MEcon	DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia	Diretor-Geral
758_CRESAP_18_04/17	MTSSS	DGERT - Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	Diretor-Geral
759_CReSAP_19_05/17 832_CRESAP_19_05/17	MJ	INMLCF - Instituto Nacional e Medicina Legal e Ciências Forenses, IP	Vice-Presidente
761_CRESAP_20_05/17	MJ	INMLCF - Instituto Nacional e Medicina Legal e Ciências Forenses, IP	Vogal
762_CRESAP_22_05/17	MAMAOT	IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	Subinspetor-Geral
767_CRESAP_27_05/17	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor de Finanças de Lisboa
768_CRESAP_28_05/17	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral da Área de Gestão Tributária - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
769_CRESAP_29_05/17	MJ	IGFEJ, IP - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	Presidente do Conselho Diretivo
770_CRESAP_30_06/17	MTSSS	Centro Distrital de Braga do Instituto da Segurança Social	Diretor de Segurança Social
771_CReSAP_31_06/17 861_CReSAP_31_06/17	MEcon	IPQ, IP - Instituto Português da Qualidade, IP	Presidente do Conselho Diretivo
772_CReSAP_32_06/17	MEcon	IPQ, IP - Instituto Português da Qualidade, IP	Vogal (1) do Conselho Diretivo
773_CReSAP_33_06/17 844_CReSAP_33_06/17	MEcon	IPQ, IP - Instituto Português da Qualidade, IP	Vogal (2) do Conselho Diretivo
775_CReSAP_35_07/17	MEcon	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP	Presidente do Conselho Diretivo
776_CReSAP_36_07/17	MEcon	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP	Vogal (1) do Conselho Diretivo
777_CReSAP_37_07/17	MEcon	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP	Vogal (2) do Conselho Diretivo
778_CReSAP_38_07/17	MJ	DGAJ - Direção-Geral de Administração da Justiça-	Subdiretor-Geral
782_CReSAP_40_08/17	MAmb	Direção-Geral do Território	Subdiretor-Geral do Território
783_CReSAP_41_08/17	MAmb	Direção-Geral do Território	Diretor-Geral
784_CReSAP_42_08/17	MS	INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, IP	Vogal do Conselho Diretivo
786_CReSAP_43_08/17 866_CReSAP_43_08/17	MCult	ICA - Instituto de Cinema e do Audiovisual	Presidente do Conselho Diretivo
787_CReSAP_44_08/17	MCult	ICA - Instituto de Cinema e do Audiovisual	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
793_CReSAP_47_09/17	MEdu	Direção-Geral da Educação	Diretor-Geral
794_CReSAP_48/09/17	MTSSS/MEdu	ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP	Vogal do Conselho Diretivo
795_CReSAP_49_09/17	MNE	Instituto da Cooperação e da Língua, IP - Camões	Vogal do Conselho Diretivo
798_CReSAP_50_10/17	MTSSS	ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho	Subinspetor-Geral
799_CReSAP_51_10/17	MS	Administração Regional de Saúde do Algarve, IP	Presidente do Conselho Diretivo

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
801_CReSAP_52_10/17	MS	Administração Regional de Saúde do Algarve, IP	Vogal do Conselho Diretivo
802_CReSAP_53_10/17	MS	Administração Regional de Saúde do Norte, IP	Vogal do Conselho Diretivo
803_CReSAP_54_10/17 881_CReSAP_54_10/17	MS	Administração Regional de Saúde do Centro, IP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
804_CReSAP_55_10/17 867_CReSAP_55_10/17	MS	Administração Regional de Saúde do Centro, IP	Presidente do Conselho Diretivo
818_CReSAP_60_11/17	PGR	Procuradoria-Geral da República	Secretário-Adjunto
830_CReSAP_01_01_18	MF	INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Subdiretor-Geral
833_CReSAP_02_02_18	MAFDR	DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Diretor-Geral
836_CReSAP_04_03_/18	MEdu	Direção-Geral da Administração Escolar	Subdiretor-Geral
838_CReSAP_05_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	Diretor Regional
839_CReSAP_06_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	Diretor Regional
840_CReSAP_07_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	Diretor Regional
841_CReSAP_08_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	Diretor Regional
842_CReSAP_09_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	Diretor Regional
843_CReSAP_10_03/18	MAFDR/MMar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	Diretor Regional Adjunto
845_CReSAP_11_03/18	MTSSS	Casa Pia de Lisboa	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
846_CReSAP_12_03/18	MTSSS	Instituto Nacional para a Reabilitação, IP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo
847_CReSAP_13_03/18	MTSSS	Instituto Nacional para a Reabilitação, IP	Presidente do Conselho Diretivo
848_CReSAP_14_03/18	MS	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP	Vice-Presidente
849_CReSAP_15_03/18 906_CReSAP_15_03/18	MS	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP	Presidente
851_CReSAP_16_03/18	MTSSS	Centro Distrital de Viana do Castelo do Instituto da Segurança Social, IP	Diretor de Segurança Social
857_CReSAP_17_03/18	PCM	Centro de Competências Jurídicas do Estado - JurisAPP	Diretor
858_CReSAP_18_03/18	MS	Inspeção-Geral das Atividades em Saúde	Subinspetor-Geral
859_CReSAP_19_04/18	MAFDR	Instituto da Vinha e do Vinho, IP	Presidente do Conselho Diretivo
860_CReSAP_20_04/18	MAFDR	Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP	Presidente do Conselho Diretivo
863_CReSAP_22_04/18	MTSSS	Centro Distrital de Beja do Instituto de Segurança Social, IP	Diretor de Segurança Social
869_CReSAP_26_04/18	MAFDR/MMar	IFAP, IP - Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	Vice-Presidente
870_CReSAP_27_04/18	MAFDR/MMar	IFAP, IP - Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	Vogal(1)

Nº do procedimento	Ministério	Organismo	Cargo
872_CReSAP_28_07/18	MAFDR/MMar	IFAP, IP - Instituto do Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	Vogal (2)
877_CReSAP_33_05/18	MF	DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	Diretor-Geral
878_CReSAP_34_05/18	MF	DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	Subdiretor-Geral
880_CReSAP_35_05/18	MF	DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	Subdiretor-Geral
882_CReSAP_36_05/18	MEdu	DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar	Diretor-Geral
884_CReSAP_38_05/18	MCult	Direção-Geral das Artes	Diretor-Geral

Anexo VII - Pareceres emitidos em 2018 (por ordem de pedido)

Entidade	Organismo
Ministro da Saúde	Agrupamentos de Centros de Saúde de Oeste
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra
Ministra do Mar	Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
Câmara Municipal de Funchal	Frente MarFunchal - Gestão e Exploração de Espaços Públicos e Estacionamentos Públicos Urbanos, E.M.
Ministro da Saúde	Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.
Secretário de Estado da Energia	EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.
Ministra do Mar	Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde do Ave - Famalicão
Secretário de Estado do Tesouro	Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.
Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e Finanças	SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Ministro da Cultura	Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.
Ministro da Defesa Nacional	Arsenal do Alfeite, SA
Ministro da Saúde	Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil (IPO), E.P.E.
Ministro do Ambiente	Águas do Algarve, S.A.
Ministro do Ambiente	Águas do Centro Litoral, S.A.
Ministro da Cultura	LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.
Secretário de Estado da Energia	EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, S.A.
Ministro da Saúde	Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil (IPO), E.P.E.
Ministro da Saúde	IPO - Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil (IPO), E.P.E.
Secretário de Estado das Infraestruturas	Infraestruturas de Portugal, S.A.
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.
Ministro da Saúde	Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil (IPO), E.P.E.
Ministro da Defesa Nacional	IdD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.
Ministro da Economia	PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, S.A.
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	ANI - Agência de Inovação, S.A.
Ministro da Defesa Nacional	Arsenal do Alfeite, S. A.

Entidade	Organismo
Ministro da Saúde	Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E.
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde do Dão-Lafões
Secretário de Estado do Tesouro	ESTAMO, Participações Imobiliárias, S.A.
Ministro da Economia	Portugal Ventures CCR, S.A.
Ministro da Defesa Nacional	Arsenal do Alfeite, S.A.
Ministro da Defesa Nacional	IdD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.
Secretário de Estado do Tesouro	Sociedade Concessionária da Marina do Parque das Nações, S.A.
Ministro da Economia	ANI - Agência de Inovação, S.A.
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde do Douro II - Douro Sul
Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação	Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	ANI - Agência de Inovação, S.A.
Ministro da Economia	PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, S.A.
Secretário de Estado do Tesouro	ESTAMO, Participações Imobiliárias, S.A.
Ministro da Saúde	ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
Ministro da Saúde	Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Companhia das Lezírias, S.A.
Ministro da Saúde	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.
Ministro da Saúde	Agrupamento dos Centros de Saúde Algarve I - Central
Ministro da Saúde	Centro Hospitalar Póvoa do Varzim / Vila do Conde, E.P.E.
Ministro da Cultura	RTP - Rádio e Televisão de Portugal
Ministro das Finanças	ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
Ministro do Ambiente	Águas do Norte, S.A.,
Secretário de Estado da Internacionalização	AICEP Global Parques - Gestão de Áreas e Serviços, S.A.
Secretário de Estado Adjunto e do Comércio	IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A.
Secretário de Estado Adjunto e do Comércio	IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A.
Secretário de Estado do Tesouro	FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
Ministro da Saúde	Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil (IPO), E.P.E.

Entidade	Organismo
Ministro da Saúde	Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto
Ministro do Ambiente	Águas do Norte, S.A.
Secretário de Estado do Tesouro	ESTAMO - Participações Imobiliárias, S.A.
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga
Secretário de Estado Adjunto e do Comércio	IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A.
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Programa de Desenvolvimento Rural 2020 - PDR 2020
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria
Ministro da Saúde	Hospital Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.
Ministro da Saúde	Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, E.P.E.
Ministro da Saúde	Centro de Medicina de Reabilitação - Rovisco Pais
Ministro do Ambiente	Parques Sintra - Monte da Lua, S.A.
Ministro da Saúde	Centro Hospitalar Tondela Viseu, E.P.E.
Ministro da Saúde	Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia / Espinho, E.P.E.
Ministro da Saúde	Hospital de Santarém, E.P.E.
Ministro da Saúde	ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
Secretário de Estado da Energia	ERSE-Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	POISE - Programa Operacional de Inclusão Social
Ministra da Justiça	Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
Secretário de Estado do Tesouro	FLORESTGAL - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. (ex-Sociedade Lazer e Floresta)
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte
Ministro da Saúde	Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.
Ministro da Saúde	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.
Ministro da Saúde	Hospital Distrital da Figueira da Foz
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto II - Gondomar
Ministro da Cultura	Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.
Ministro da Saúde	ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

Entidade	Organismo
Ministro da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VI-Porto Oriental
Ministro da Saúde	Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.
Secretário de Estado das Infraestruturas	Conselho Superior de Obras Públicas
Ministro da Saúde	ACES do Grande Porto VII - Gaia
Secretário de Estado do Tesouro	PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A.
Ministro da Saúde	Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.
Secretário de Estado do Tesouro	Arsenal do Alfeite, S.A.
Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza	Comissão Liquidatária da Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A.
Ministra da Saúde	Administração Regional de Saúde do Centro
Secretária de Estado Adjunta e da Justiça	Presidente da Comissão para o Acompanhamento dos Oficiais da Justiça
Ministra da Saúde	Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil (IPO), EPE
Secretário de Estado do Tesouro	Marina Parque das Nações - Sociedade Concessionária do Parque das Nações, SA
Ministro do Ambiente e da Transição Energética	ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
Secretário de Estado Adjunto e das Finanças	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)
Ministra da Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto V - Porto Ocidental

Anexo VIII – Execução Orçamental a 31 de dezembro de 2018

Classificação Económica	Corrigido Líquido de Cativos	Cabimentos	Dotação Disponível	Total de Compromissos	Despesas Pagas do Ano
D0101030000	263 274,00	263 273,40	0,60	263 273,40	263 273,40
D0101110000	96 555,00	96 554,16	0,84	96 554,16	96 554,16
D0101130000	6 426,00	6 425,19	0,81	6 425,19	6 425,19
D010114SF00	24 384,00	24 383,98	0,02	24 383,98	24 383,98
D010114SN00	21 946,00	21 945,17	0,83	21 945,17	21 945,17
D0102020000	13 051,00	12 516,85	534,15	12 516,85	12 516,85
D0102140000	800,00	800,00	0,00	406,53	406,53
D0103020000	101,00	101,00	0,00	101,00	101,00
D010305A0A0	77 013,00	77 011,85	1,15	77 011,35	77 006,35
D010305A0B0	22 292,00	22 291,39	0,61	22 291,39	22 286,39
D010305A0C0	23 516,00	21 972,38	1 543,62	21 972,38	21 972,38
D0201020000	3 769,00	3 769,00	0,00	2 769,00	2 381,26
D0201040000	286,00	285,80	0,20	157,81	157,81
D020108A000	127,00	126,69	0,31	126,69	126,69
D020108B000	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00
D020108C000	179,00	178,81	0,19	144,28	139,53
D0201140000	0,00		0,00		
D0201210000	1 587,00	1 586,82	0,18	1 585,92	1 585,92
D020201B000	11 100,00	11 100,00	0,00	10 403,47	10 063,00
D0202020000	13 821,00	13 820,07	0,93	13 820,07	13 820,05
D0202030000	1 174,00	1 173,33	0,67	1 173,33	1 173,33
D020204C000	54 202,00	54 201,60	0,40	54 000,00	54 000,00
D0202060000	13 501,00	13 501,00	0,00	7 241,70	7 241,70
D020209C000	449,00	382,29	66,71	382,29	148,88
D020209D000	447,00	146,37	300,63	146,37	372,62
D020209F000	0,00		0,00		
D0202100000	2 580,00	2 539,05	40,95	2 539,05	2 030,05
D020217A000	8,00	7,71	0,29	7,71	
D020219A0A0	6,00		6,00		
D020219B000	1 538,00	1 537,50	0,50	1 537,50	1 537,50
D020219C000	177,00		177,00		
D020220A0C0	8 856,00	8 856,00	0,00	8 856,00	8 856,00
D020220B000	687,00		687,00		
D020225E000	397,00	396,51	0,49	396,51	396,51
D030502J000	156,00	155,79	0,21	155,79	108,79
D070108A0B0	12 300,00	12 287,70	12,30	12 287,70	12 287,70
D070109A0B0	738,00	737,95	0,05	452,64	
Soma	677 643,00	674 065,36	3 577,64	665 065,23	663 498,74